



Relatório
e Contas
2010

Valores Inestimáveis

O tema seleccionado para a ilustração do Relatório e Contas de 2010 considera a Água, as Pessoas e a Cidade, na sua dimensão intrínseca de Valores inestimáveis.

A Água, enquanto razão de ser da empresa, força motriz da sua actividade, fruto do trabalho e da preocupação de centenas de colaboradores, elemento indispensável à vida e ao bem-estar da Humanidade, bem universal e ameaçado.

As Pessoas, na medida em que são Vida, destinatárias, por excelência, do trabalho desenvolvido e do produto fornecido pela empresa, seres pensantes que têm a responsabilidade de bem gerir o Mundo em que vivemos

A Cidade, centro da actividade humana, pólo de agregação da sociedade nas suas mais diversas dimensões, espaço misto de natural e edificado onde se nasce, cresce, vive e morre.

Para ilustrar estes valores foram seleccionadas imagens na sua grande maioria premiadas e distinguidas nas várias maratonas fotográficas realizadas pela EPAL entre 2003 e 2009.

As maratonas fotográficas são iniciativas da empresa em que se convidam as pessoas a retratar a cidade em função de temas relacionados com a água.

O interesse, a qualidade e a beleza das imagens obtidas testemunham a partilha alargada dos valores inestimáveis acolhidos para a ilustração deste relatório e justificam a sua divulgação.



Índice

A. Introdução		5. Clientes	19
1. Mensagem do Presidente	5	Clientes	20
2. Indicadores	6	Prestação de Serviços	21
3. Missão, Visão e Valores	7	Atendimento	23
B. Relatório de Gestão		Fiabilidade do Serviço	24
4. Água	10	Níveis de Satisfação	27
Origens	11	Reclamações	28
Água Captada e Produzida	12	6. Pessoas	29
Água Facturada e não Facturada	12	Princípios Orientadores da Gestão	31
Ciclo da Água no Triénio 2008/2010	13	Movimentos de Pessoal	31
Adução e Distribuição	14	Idade e Antiguidade	32
Qualidade da Água	15	Absentismo	33
Programa Integrado de Controlo	15	Níveis Profissionais	33
Determinações Realizadas	15	Níveis de Habilitações	34
Evolução da Qualidade nas Origens	17	Formação	34
Evolução da Qualidade da Água Fornecida	17	Higiene e Segurança	35
		Medicina do Trabalho	36
		Benefícios Sociais	37

7. Investimento, Inovação e Desenvolvimento	38	9. Desempenho Financeiro	68
Investimento	39	Volume de Negócios	69
Destques do Ano	41	Resultados Operacionais	71
Inovação e Desenvolvimento	42	Resultado Líquido	77
Participação em Projectos Internacionais	43	Posição Financeira	80
Participação em Projectos Nacionais	44	Demonstração da Posição Financeira	83
8. Gestão da Sociedade	45	Fundo de Pensões	85
Órgãos Sociais	46	Empresas Participadas	86
Estrutura Orgânica	53	10. Perspectivas futuras	87
Sistemas de Gestão	54	11. Proposta de aplicação de resultados	89
Gestão de Riscos	56	12. Considerações finais	91
Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável	60	C. Contas	
Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesses	60	13. Demonstrações Financeiras	94
Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	60	14. Anexo às Demonstrações Financeiras	99
Aquisição de Bens e Serviços	61	D. Relatórios e Pareceres	
Legislação Relevante	63	15. Relatório e Parecer do Fiscal Único	158
Normas Internas	65	16. Certificação Legal das Contas	161
Protocolos Celebrados em 2010	67		



Ao longo dos últimos anos a EPAL tem-se pautado por uma gestão cuidada da sua estrutura de custos operacionais, por um novo paradigma na determinação das suas necessidades de investimento em função de níveis de serviço, por uma atitude pró activa na resolução de conflitos com stakeholders, uma política de gestão do conhecimento centrada na requalificação dos seus recursos humanos e no estabelecimento de parcerias e por uma visão de futuro para a empresa baseada na gestão integrada do ciclo urbano da água.

Foi, assim, possível ultrapassar a crise provocada pela drástica redução de consumos verificada desde 2005 - mantendo níveis adequados de remuneração do capital investido, condições de trabalho atractivas e aumentos tarifários globais abaixo da inflação - alcançando sucessivamente excelentes resultados que culminam, em 2010, com um Resultado Líquido verdadeiramente excepcional de 45,887 milhões de euros.

Este resultado reflectirá alterações contabilísticas decorrentes da adopção do normativo IFRS mas, fundamentalmente, deve-se ao crescimento do EBITDA

recorrente para 76,407 milhões de euros e à reversão de uma provisão, criada em períodos anteriores, derivada de um conflito com a Câmara Municipal de Lisboa relacionado com o pagamento da taxa de ocupação do subsolo.

A adopção de novas práticas e instrumentos de trabalho teve o seu reflexo na implementação do Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial, na consolidação da estratégia de gestão de activos, no desenvolvimento da modelação hidráulica e da modelação da qualidade da água na rede de distribuição de Lisboa, na implementação do Projecto Garantia de Serviço para a melhoria da fiabilidade do abastecimento e na aprovação e apresentação pública do Plano de Segurança da Água (PSA).

A inauguração do Laboratório Central da EPAL é um marco no exercício de 2010 e define o compromisso da gestão com a qualidade de serviço e a garantia de qualidade da água, mas é também uma visão de modernidade para o futuro da empresa.

Para isso é fundamental a aposta nos recursos humanos e na melhoria da sua capacitação, quer através de parcerias quer de acções de formação a todos os níveis que assegurem o conhecimento estratégico dentro da empresa.

Durante o ano adensaram-se os sinais da crise económica e financeira no nosso país, reflectindo-se com dureza dentro da EPAL, exigindo de todos o reforço do diálogo, baseado no respeito mútuo e na solidariedade.

No fim do ano fomos surpreendidos pelo desaparecimento de um querido colega de Conselho, Jorge Loureiro, que em todos deixou uma imensa saudade.

Indicadores



Actividade

Volume de água vendida	213.799.910 m ³
Número de Clientes Directos	349.413
Número de Clientes Municipais	18
Número de Clientes Multimunicipais	2
Municípios directa e indirectamente abastecidos	33
Número de Consumidores	2.825.444 *
Área Abastecida	6.681 km ²

Conta de Exploração

Proveitos totais de exploração	151.724.796
Resultados Líquidos	45.887.092
EBITDA	86.950.732
EBIT	63.416.648

Demonstração da Posição Financeira

Capital Social	150.000.000
Capital Próprio	506.107.841
Passivo	410.744.347
Activo Líquido Total	916.852.189
Investimento	23.574.412
Rentabilidade do Capital Próprio	9,07%

* População residente na área abastecida (dados de população com referência ao ano anterior)

Missão

A prestação de serviços de água e a gestão sustentável do ciclo urbano da água, ao longo da sua sequência de actividades e negócios.



Visão

Ser empresa de referência no sector da
água em Portugal

Orientar-se pelas melhores práticas
internacionais.



Valores

A **Qualidade**, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência

A **Responsabilidade Social** na prestação dos serviços públicos essenciais

A **Sustentabilidade** e os propósitos que lhe são inerentes de Eficiência na Gestão, da Defesa e Protecção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade

A **Orientação para o Cliente**, razão de ser da empresa

A **Integridade e Transparência** no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas

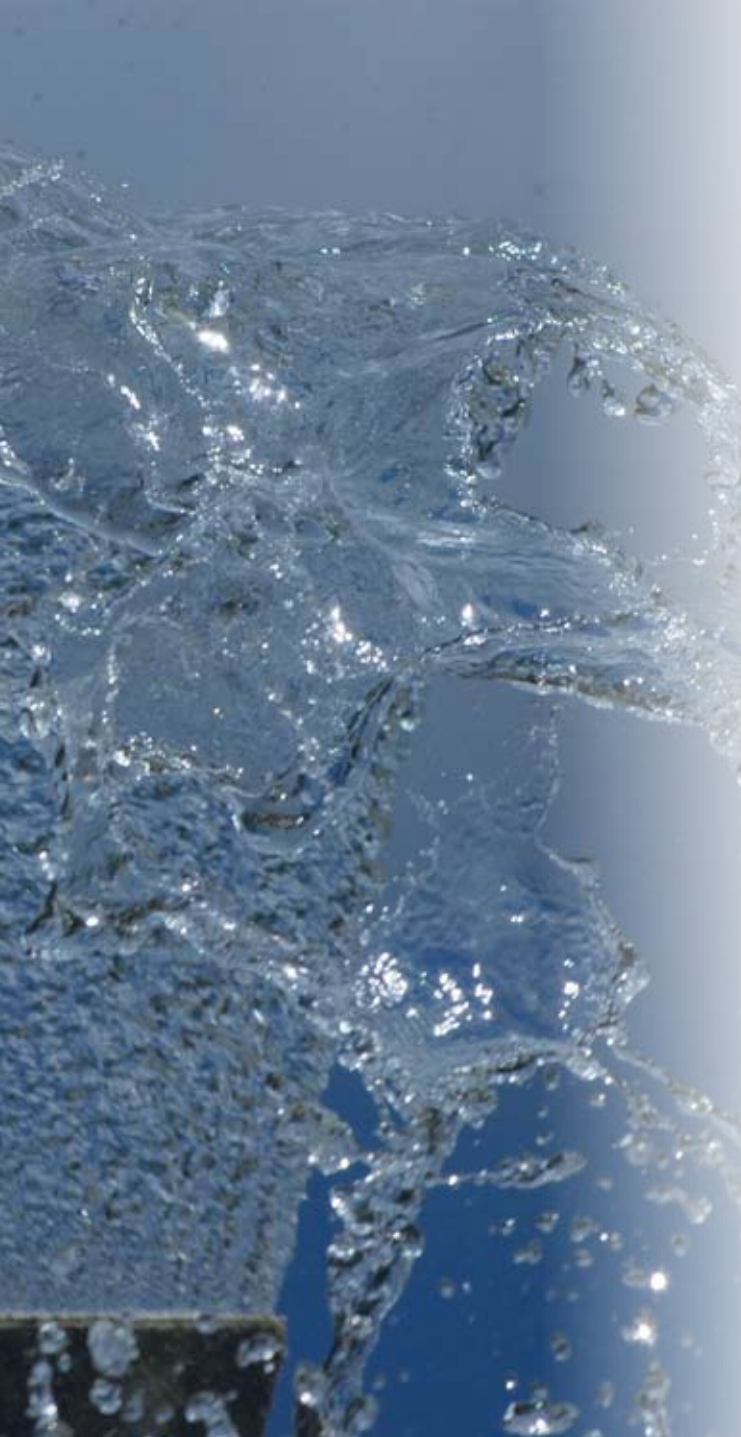
A **Competência e Rigor** na tomada de decisões e nas acções, estabelecendo a confiança como princípio de relação entre a EPAL e os diferentes públicos de relacionamento

O **Respeito e a Prática da Legalidade**

A **Melhoria Contínua da Pessoa**, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade

A close-up photograph of a handprint pressed against a glass surface covered in water droplets. The background is a deep blue color. The handprint is visible through the glass, showing the fingers and palm. The water droplets are of various sizes and are scattered across the entire surface, creating a textured, bubbly appearance. The lighting is soft, highlighting the wet surface and the contours of the handprint.

Água



Origens



Castelo do Bode
Albufeira no Rio Zêzere
com a capacidade de

900,5
milhões de m³



Tejo
Rio internacional com
caudal médio de

50 m³/s no Inverno
15 m³/s no Verão



Olhos d'Água
Nascente do Rio Alviela
A captação foi desactivada em 2010



Subterrâneas
Alenquer, Lezírias e OTA

Água Captada (m³) 242.502.220

Volume captado por origem

Castelo do Bode	162.443.362
Tejo	56.626.190
Olhos d'Água	3.512
Subterrâneas	23.429.156

Água Produzida (m³) 242.194.160

ETA Asseiceira	162.436.232
ETA Vale da Pedra	56.325.260
Olhos d'Água	3.512
Subterrâneas	23.429.156

Água Vendida (m³) 213.799.910

Clientes Municipais/Multimunicipais	155.128.136
Clientes Directos	58.671.774

Água Não Facturada (m³) 28.702.310 11,84%

Água não Facturada na Rede de Distribuição	13.974.193	11,80%
Água não Facturada no Sistema de Produção e Transporte	14.728.117	6,07%

O Ciclo da Água no Triénio 2008/2010

m ³	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	
Água captada	241.110.432	242.955.512	242.502.220	-453.292	-0,2%
Água tratada	241.027.376	242.820.859	242.194.160	-626.699	-0,3%
Água vendida	211.256.465	217.085.364	213.799.910	-3.285.455	-1,5%
Água não facturada	29.496.355	25.870.148	28.702.310	2.832.163	10,9%

- Decréscimo de 1,5% no volume de água facturada em 2010 face a 2009
- Redução de 9,2% no volume de água não facturada na rede de distribuição de Lisboa em 2010 face a 2009
- Acréscimo de 10,9% no volume de água não facturada total em 2010 face a 2009 resultante do aumento de água não facturada no sistema de produção e transporte
- O volume de água não facturada está compreendido entre os valores delimitadores do nível económico de perdas. O nível económico de perdas é atingido quando o custo marginal do controlo activo de fugas é igual ao custo marginal de produção de água
- A evolução verificada nos volumes de água não facturada no sistema de produção e transporte justifica o início, em 2011, da implementação de cerca de 35 ZMT's (Zonas de Monitorização de Transporte) que irão permitir o controlo activo de perdas no referido sistema. Em 2010 foram instalados 18 novos medidores de caudal necessários à instalação das ZMT's
- No contexto da Missão da empresa, decorreram contactos e negociações com a Câmara Municipal de Lisboa para a transferência da gestão e exploração do sistema de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, em baixa, da Cidade de Lisboa, visando a extensão das actividades da EPAL ao saneamento

Adução

2010

Comprimento Condutas (km)	705
Est. Elevatórias (n.º)	31
Reservatórios (n.º)	28
Pontos de Entrega (n.º)	128

■ Em 2010, foram registadas 12 avarias em condutas da rede de adução.

Distribuição

2010

Comprimento da Rede (km)	1.429
Est. Elevatórias (n.º)	10
Reservatórios (n.º)	13
Ramais (n.º)	83.395
Zonas Altimétricas (n.º)	4

- 99% da rede abrangida por ZMC's (Zonas de Monitorização e Controlo)
- 5 ZMC's instaladas em 2010, perfazendo o número total de 150
- Avarias em condutas da rede de distribuição - 513, menos 19,59% que no ano anterior
- Roturas em ramais – 877, menos 21,35% face a 2009
- O indicador de “Avarias em condutas/100km/ano” na rede de distribuição registou uma evolução superior à meta fixada, atingindo o valor de 36, quando em 2009 havia sido de 45

Qualidade da Água

■ Programa Integrado de Controlo de Qualidade da Água compreende:

- Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto,
- Controlo Operacional/Vigilância da qualidade da água nas origens e ao longo de todo o sistema de Sistema de Abastecimento da EPAL
- Controlo dos processos de tratamento instalados nas fábricas

■ Controlo Legal:

- 1.248 Pontos de amostragem nas torneiras de Clientes
- 99 Pontos de amostragem instalados nos locais de entrega às entidades Gestoras
- 7 Pontos de amostragem instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras

■ Controlo Operacional/Vigilância:

- 163 Pontos fixos de amostragem na Rede de Distribuição da Cidade de Lisboa
- 59 Pontos de amostragem representativos do sistema de adução e transporte
- 48 Pontos de amostragem instalados nas origens de água

■ Controlo de Processo:

- 44 Pontos de amostragem representativos do controlo de processo efectuado nas Fábricas da Asseiceira, Vale da Pedra e Estação de Descarbonatação de Alenquer

■ Determinações realizadas:

- Colhidas 7.347 amostras de água no âmbito do Controlo Legal e Operacional/Vigilância
- Colhidas 22.425 amostras no âmbito do Controlo de Processo

- Pesquisados 136 parâmetros e 236 substâncias individualizadas no âmbito do Controlo Legal, Operacional e de Processo
- Realizadas 481.034 determinações de substâncias individualizadas distribuídas da seguinte forma:

N.º Determinações (substâncias)	Controlo Legal
Clientes Directos através da Adução	857
Entregas a Entidades Gestoras	27.299
Torneiras de consumidores na Cidade de Lisboa	16.866
Sub-total	45.022
Controlo Operacional/Vigilância	
Captações Subterrâneas	13.455
Captações Superficiais	8.024
Sistema de Adução (desde saída das Fábricas)	69.852
Rede de Distribuição (Pontos fixos)	46.806
Sub-total	138.137
Controlo de Processo	
Fábrica da Asseiceira	95.773
Fábrica de Vale da Pedra	199.221
Estação de descarbonatação de Alenquer	2.881
Sub-total	297.875
Total	481.034

Nota: Dados obtidos à data da elaboração deste relatório

- Decorrentes de Reclamações, de Incumprimentos de Valores de Alerta e Paramétricos e de operações de lavagem e desinfecção de Reservatórios e Condutas foram recolhidas mais 1.351 amostras que originaram 11.376 determinações.

■ Evolução da qualidade nas origens

- Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode
 - Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais, Coliformes totais e Substâncias extraíveis com clorofórmio
 - Classe superior a A3, para o parâmetro Temperatura
 - Rio Tejo - Valada Tejo
 - Classe A2 para os parâmetros Azoto kjeldahl, Coliformes fecais e Estreptococos fecais
 - Classe A3 quanto ao parâmetro Coliformes totais
 - Classe superior a A3 para o parâmetro Temperatura
 - Classe A1 para os restantes parâmetros controlados
 - Captações subterrâneas
 - Classe A1 para os parâmetros controlados
- Não se registaram alterações significativas na qualidade da água nas origens em 2010

■ Evolução da qualidade da água fornecida

- Em Lisboa
 - Na torneira do Cliente
 - Cumpridas as normas definidas na legislação aplicável
 - Registados valores não conformes em 0,28% das determinações de substâncias realizadas
 - Na rede de distribuição
 - Cumpridas as normas definidas na legislação aplicável
 - Registados incumprimentos em 0,07% do total de determinações de substâncias realizadas



- Nos pontos de entrega a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água
 - Cumpridas as normas definidas na legislação aplicável
 - Registaram-se 0,07% de valores não conformes

Comparativamente com o ano 2009, houve uma melhoria na qualidade da água fornecida pela EPAL, evidenciada pela diminuição do número de incumprimentos nas amostras de água colhidas

■ Divulgação de dados:

- www.epal.pt com periodicidade mensal
- Imprensa nacional com periodicidade trimestral
- Entidades gestoras abastecidas pela empresa com periodicidade trimestral
- Entidades gestoras de sistemas de hemodiálise com periodicidade trimestral
- Relatório anual da qualidade da água da EPAL



Clientes

Municipais

Alcanena, Amadora, Batalha, Cartaxo, Cascais, Constância, Leiria, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Ourém, Porto de Mós, Santarém, Sintra, Tomar, Torres Novas, Vila Franca de Xira (18 municípios)

■ Evolução de 20 para 18 municípios directamente abastecidos

Multimunicipais

Águas do Oeste – Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras (13)

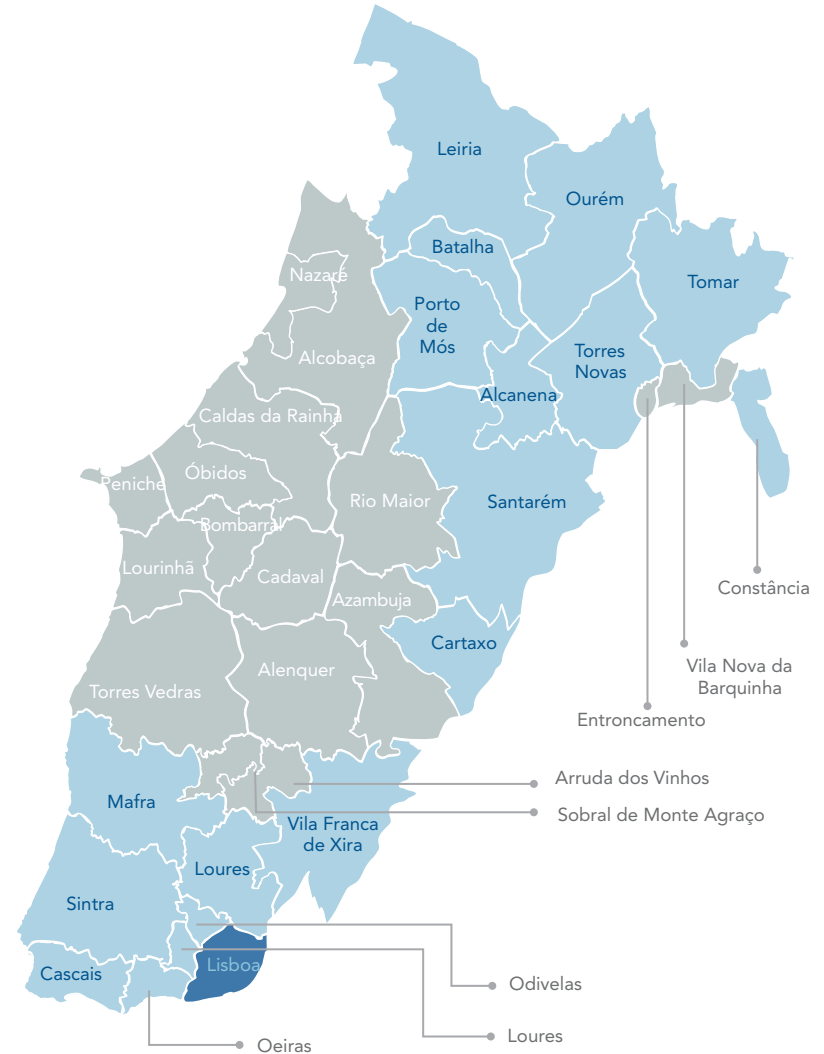
■ O município da Nazaré passa a ser indirectamente abastecido pela EPAL

Águas do Centro – Entroncamento, Vila Nova da Barquinha (2)

■ Novo cliente multimunicipal que passou a integrar dois municípios anteriormente abastecidos directamente pela EPAL

Directos

Clientes Directos (dentro e fora de Lisboa)	349.413
Domésticos	298.464
Comércio e Indústria	43.479
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	4.732
Instituições Privadas de Direito Público	2.736
Unidades Militares	2



Prestação de serviços

Venda de Água (m ³)	213.799.910
Clientes Municipais	132.655.296
Clientes Multimunicipais	22.472.840
Clientes Directos	58.671.774

- Registou-se um decréscimo de 1,51% no volume facturado em relação ao ano anterior, o que representa cerca de 3,3 milhões de metros cúbicos
- A redução de 2,83% verificada no volume vendido aos Clientes Municipais resultou, sobretudo, da diminuição dos consumos dos Municípios de Sintra, Oeiras e Amadora
- Nos Clientes directos o desvio de -1,12% resulta, praticamente, do decréscimo do consumo dos clientes domésticos e no comércio e indústria, mantendo os restantes segmentos uma situação estável
- A quebra de consumo não tem correspondência no número total de Clientes que mais uma vez regista crescimento fundamentalmente no segmento doméstico
- A partir de 15 de Fevereiro deixaram de ser facturados os valores referentes à prestação de serviços de celebração de contrato de fornecimento de água e disponibilização e instalação de contador individual
- Foram instalados 728 sistemas de telemetria em grandes Clientes
- Foi promovido o envio electrónico da factura, registando-se no fim do ano, uma adesão de 34.500 Clientes
- Nos termos do art.º 62º do D.L n.º 194/2009, foi elaborada proposta de regulamento de serviço - Regras de Prestação do Serviço aos Clientes que uma vez aprovada irá substituir o actual regulamento de 1944

Outros Serviços (EUR)

1.556.877

Análises Laboratoriais	90.767
Reparação, aferição e verificação de contadores	30.194
Aquamatrix	1.435.916

Aquamatrix

- Alcançado, em 2010, o Share de 28,38% do mercado nacional
- Em comparação com exercício de 2009, a evolução real da facturação em 2010 foi superior ao dobro: 2,17
- Arranques de utilização do AQUAmatrix:
 - Águas da Figueira – Janeiro 2010
 - Águas de Gondomar – Fevereiro de 2010
 - SMAS de Loures – Março de 2010
 - Águas de Cascais – Junho de 2010
 - SMAS de Castelo Branco – Setembro de 2010
 - AdRA – Águas da Região de Aveiro, que agregam:
 - Ilhavo – Setembro 2010
 - Murtosa e Albergaria-a-Velha – Outubro 2010
 - Sever do Vouga e Vagos – Novembro 2010
 - Águeda – Novembro 2010
 - Oliveira do Bairro – Dezembro 2010
 - Estarreja – Dezembro 2010

Atendimento

Cientes atendidos no Contact Center

251.840

■ em 2010, menos 0,1% que em 2009

	Unidade	2009	2010	Var
Contact Center – Grau de atendimento	%	90,1	92,3	2,4%
Contact Center – Percentagem de chamadas atendidas em menos de 30 segundos	%	73,3	79,3	8,2%
Contact Center – Tempo médio de espera no Contact Center	seg	33	27	-18,4%

Cientes atendidos presencialmente

214.947

■ menos 7% que em 2009

	Unidade	2009	2010	Var
Atendimento presencial – Percentagem de clientes atendidos em menos de 15 minutos	%	76,3	88,0	15,3%
Cientes atendidos < 15 min - Sede	%	77,5	89,3	15,2%
Cientes atendidos < 15 min - Cidadão	%	76,1	86,3	13,4%
Tempo médio de Espera na Loja Sede	min	9,8	6,4	-34,6%
Tempo médio de Espera na Loja do Cidadão	min	9,8	7,1	-27,5%

Cientes atendidos via postal

10.678

■ menos 14% que em 2009

Cientes atendidos via Internet

14.717

■ menos 2% que em 2009



Fiabilidade do Serviço

Roturas e Avarias	2008	2009	2010	Variação	
				2010/2009	
Avarias em Conduatas na Rede de Adução	13	10	12	2	20,00%
Avarias em Conduatas na Rede de Distribuição (ERSAR)	637	638	513	-125	-19,59%
Avarias em Conduatas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição (ERSAR)	45	45	36	-9	-20,00%
Roturas em Ramais	1.234	1.115	877	-238	-21,35%

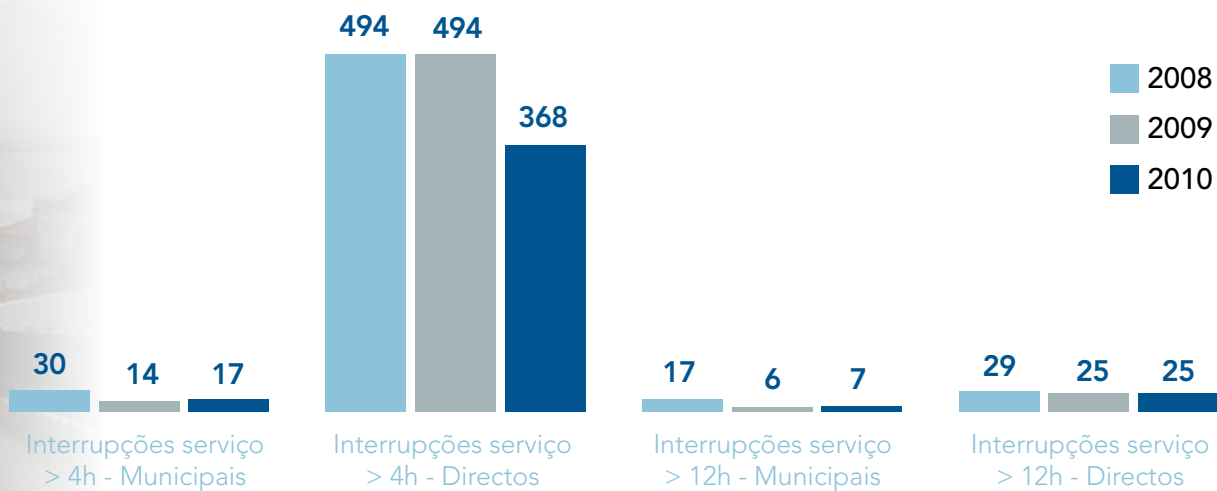
■ Para fazer face à estabilização e persistência do número de roturas na rede de distribuição nos últimos anos, foi criado o **Projecto Garantia de Serviço** com o objectivo de identificar e analisar as causas das roturas, e implementar as acções necessárias para reduzir o seu número de forma consistente, monitorizando o efeito das acções implementadas

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	
<i>Por tempo</i>	5.805	5.384	4.213	-1.172	-21,76%
Total Produção e Transporte	571	381	199	-183	-47,90%
Programadas	498	187	172	-16	-8,29%
Não programadas	73	194	27	-167	-86,08%
Total Distribuição	5.234	5.003	4.014	-989	-19,77%
Programadas	1.673	1.375	894	-481	-34,98%
Não programadas	3.561	3.628	3.120	-508	-14,00%
 <i>Por quantidade</i>	 1.412	 1.290	 1.042	 -248	 -19,22%
Total Produção e Transporte	39	22	21	-1	-4,55%
Programadas	34	18	18	0	0,00%
Não programadas	5	4	3	-1	-25,00%
Total Distribuição	1.373	1.268	1.021	-247	-19,48%
Programadas	389	309	193	-116	-37,57%
Não programadas	984	959	828	-131	-13,66%

■ Redução de 21,8% no total de horas de suspensões com impacto no cliente

■ Redução de 19,22% no número de suspensões

Eficácia de serviço	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	30	14	17	3	21.43%
Interrupções serviço > 4h - Directos	494	494	368	-126	-25.51%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	17	6	7	1	16.67%
Interrupções serviço > 12h - Directos	29	25	25	0	0.00%



Níveis de satisfação

Variáveis latentes	EPAL		Sector da Água	
	2009	2008	2009	2008
Imagem	7,84	7,51	7,30	7,23
Expectativas	7,70	7,04	7,07	6,87
Qualidade apercebida	7,94	7,40	7,27	7,19
Valor apercebido	7,09	6,29	6,10	5,80
Satisfação	7,71	7,32	7,04	6,84
Reclamações	7,13	6,48	6,46	5,98
Lealdade	7,38	6,92	6,54	6,48

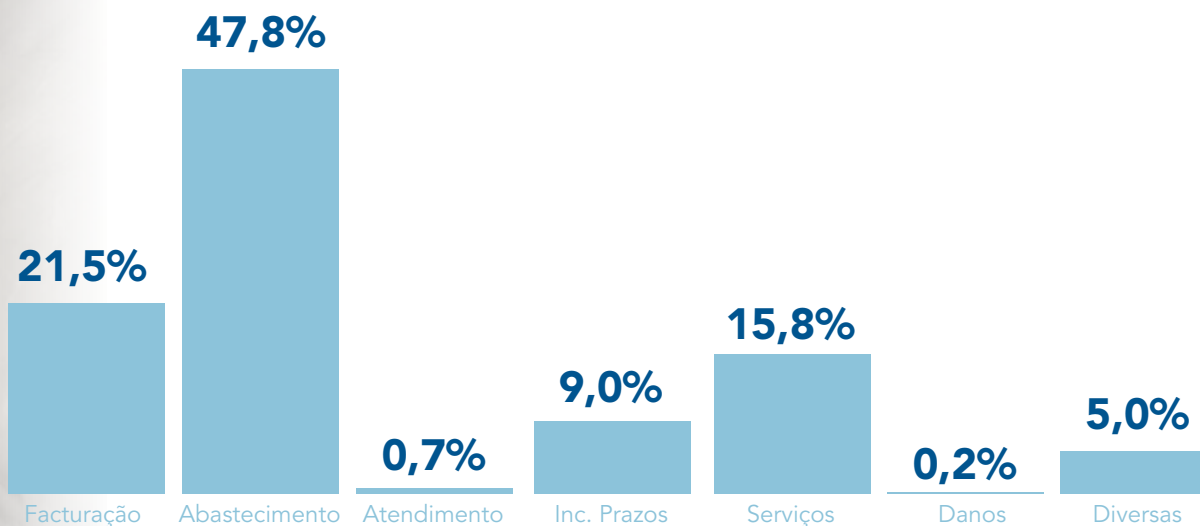
Escala de 1 a 10:

- ≤ 4 avaliação negativa
- 4 - 6 avaliação neutra
- > 6 avaliação positiva
- > 8 avaliação muito positiva

- Uma vez mais a EPAL participou no estudo **ECSI – Estudo Nacional de Satisfação de Clientes**, tendo melhorado o seu resultado na totalidade das variáveis, face ao ano anterior
- Os valores obtidos nas 7 variáveis consideradas são superiores aos valores médios do sector

Reclamações

■ Foram registadas 6.943 reclamações, o que representa uma redução de 12% face a 2009, assim distribuídas:



■ Do total das reclamações

- 22% ficou resolvido em front-office
- 78% foi analisado em back-office
- Tempo médio de resposta 15,6 dias

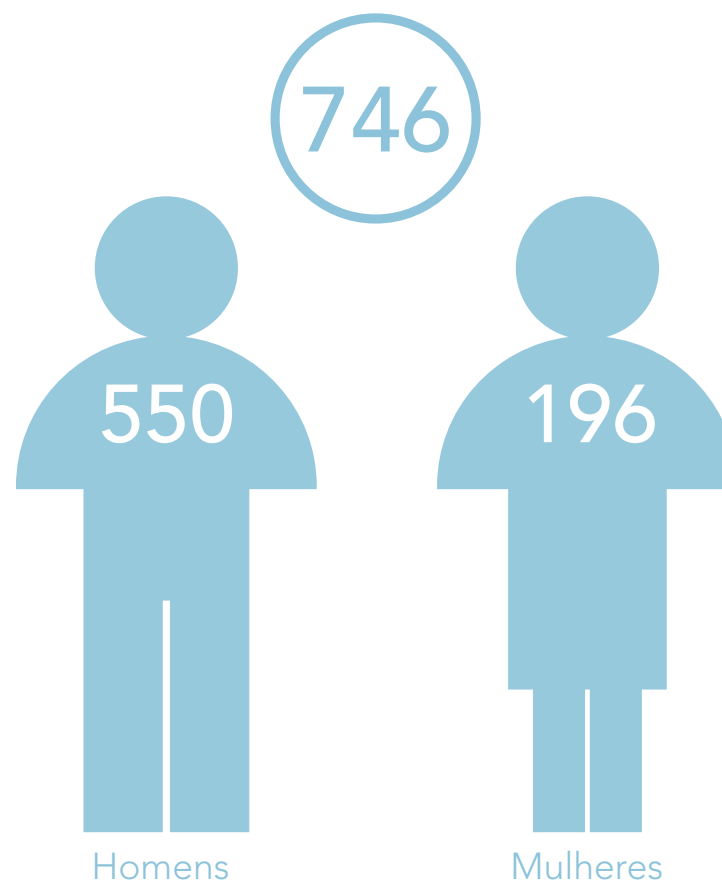
■ Das reclamações analisadas em back-office 85,6% ficou resolvido em menos de 15 dias e 71,5% foram consideradas deferidas

■ Dos questionários enviados aos Clientes com vista a apurar a satisfação face à resolução da reclamação apresentada, cerca de 64% evidenciou a sua satisfação com a resposta da Empresa



Pessoas

Número de trabalhadores no activo em 31 de Dezembro 2010



■ Redução de 22 trabalhadores face ao ano anterior

Princípios orientadores da gestão das pessoas na EPAL

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres
- Rejeição de quaisquer discriminações
- Promoção da valorização profissional
- Respeito da vida pessoal e familiar
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética

Compensações Fixas e Variáveis

Compensação Fixa

- Inexistência de Aumentos ou Incrementos salariais negociados com Sindicatos

Compensação Variável

- Prémio de Desempenho para Responsáveis Hierárquicos e Funcionais 608.897 Euros
- Prémio de Desempenho para Técnicos Executantes 1.070.677 Euros
- Prémio de Resultados 381.450 Euros

Movimentos de pessoal

Entradas	26
Saídas	48
Reforma	14
Pré-reforma	23
Outros motivos	11

Idade

- Idade média a 31 de Dezembro de 2010 - **46,39**
 - Recuperado, com vantagem residual, o decurso do ano
- Níveis etários

idade - <25	5
idade - 25-34	133
idade - 35-44	148
idade - 45-54	255
idade - >55	205

- Os níveis 45-54 e >55 registaram reduções de 6,25% e 2,84%, respectivamente, face ao ano anterior.

Antiguidade

- Antiguidade média a 31 de Dezembro de 2010 - **20,18**
 - Recuperado, com vantagem residual, o decurso do ano.

antiguidade - <2	43
antiguidade - 2-5	65
antiguidade - 6-10	55
antiguidade - 11-20	175
antiguidade - >20	408

- O grupo de trabalhadores com mais de 20 anos de antiguidade registou uma redução de 6%.

Absentismo

Taxa de absentismo	4,29%
Horas de absentismo	58.032

- A taxa mais elevada dos últimos anos
- Causas
 - A doença e os acidentes de trabalho representam 3,12%
 - O rejuvenescimento da empresa fez aumentar o absentismo por licenças de maternidade e paternidade e assistência à família

Níveis profissionais

Quadros superiores	100
Quadros médios	167
Encarregados/mestres	36
Altamente qualificados	131
Qualificados	307
Semi qualificados	5

- 58% dos trabalhadores estão enquadrados nos níveis - altamente qualificados, encarregados/mestres e quadros médios e superiores
- Redução de 5,25% nos trabalhadores qualificados face a 2009

Níveis de habilitações

Habilitações Escolares	Homens	Mulheres	Total	%
Ensino básico	276	37	313	41,96
Ensino secundário	157	52	209	28,02
Ensino superior	117	107	224	30,03

- Os trabalhadores com graus do ensino superior representam 30% do total do activo humano da empresa
- Mais 8 colaboradores com nível superior em 2010
- 19 trabalhadores obtiveram certificados do 12º ano de escolaridade no âmbito do Projecto Novas Oportunidades
- 6 trabalhadores certificados com o 9º ano de escolaridade no âmbito do Projecto Novas Oportunidades
- Desde o arranque do projecto 102 trabalhadores certificados

Formação

N.º de horas de formação	15.113
Nº de formandos	1.164
Nº. Participantes	648

- O número de participantes em acções de formação representa 86,9% dos trabalhadores da empresa
- O número de horas de formação registou uma redução de 16,6%

Higiene e segurança no trabalho

Nº de acidentes de trabalho - total	39
Nº de acidentes de trabalho - com baixa	32

■ Mais do dobro do número de acidentes em 2009

Taxa de Frequência	2008	2009	2010
TF	18,25	15,22	32,08
Tf	11,9	8,81	26,32

TF = N.º total de acidentes X 106 / horas de exposição ao risco

Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta X 106 / horas de exposição ao risco

Taxas de Gravidade	2008	2009	2010
TG	0,47	1,16	1,60
Tg	0,21	0,33	1,00

TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 103 / horas de exposição ao risco

Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 103 / horas de exposição ao risco

Tabela classificativa da Organização Mundial de Saúde

IF	Classificação	IG
< 20	Muito Bom	< 0,5
29 a 40	Bom	0,5 a 1
40 a 60	Médio	1 a 2
60 a 100	Mau	> 2

■ Apesar do agravamento registado em 2010, as taxas de frequência e de gravidade da empresa são, respectivamente classificadas como boa e média de acordo com a tabela da OMS

Medicina do trabalho

Nº total de exames médicos efectuados	1.052
Nº consultas estomatologia	1.509
Nº de tratamentos fisioterapia	1.285
N.º de campanhas de informação/saúde	24



Benefícios sociais

■ Refeitórios

- Servidas **89.926** refeições nos 5 refeitórios da empresa

■ Oferta de Cabazes de Natal

- Foram distribuídos **1.865** cabazes
 - **786** a Trabalhadores no Activo
 - **762** a Trabalhadores Reformados e Pré-Reformados
 - **17** a Estagiários profissionais
 - **22** a Trabalhadores avançados
 - **61** a Trabalhadores de prestadores de serviços de Contact Center e de Sistemas de Informação
 - **217** a Trabalhadores de prestadores de serviços gerais de limpeza, vigilância e manutenção de espaços verdes

■ Seguro de Saúde

- Abrange **1.838** pessoas
 - **749** trabalhadores no activo
 - **167** pré-reformados
 - **466** cônjuges
 - **456** dependentes

■ Programas de Ocupação de Tempos Livres para filhos de trabalhadores

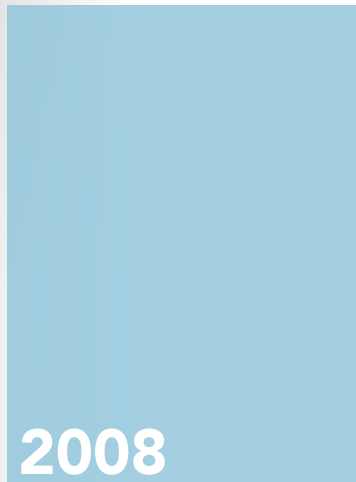
OTL Infantil e Juvenil	51
OTL Empresa	35



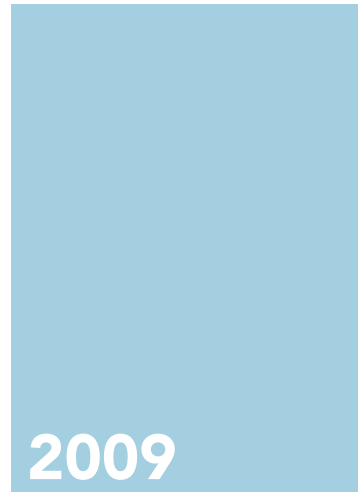
Investimento,
Inovação
e Desenvolvimento

Investimento

26,015 milhões



26,796 milhões



23,574 milhões



Investimento total no triénio: **76,585 milhões**

	2008	2009	2010
Garantia da Capacidade	11.369.614	4.130.645	3.269.759
Ampliação do subsistema de Castelo do Bode	9.277.563	3.354.405	2.420.369
Ampliação da rede de Distribuição	1.333.172	770.244	832.712
Outros	758.878	5.997	16.678
Garantia da Fiabilidade e Segurança	9.788.244	13.271.561	8.872.843
Renovação da rede de Distribuição	7.409.964	8.963.925	4.067.750
Renovação da rede de Adução	1.188.842	921.046	139.903
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	597.358	2.601.774	4.084.949
Outros	592.080	784.817	580.240
Garantia da Qualidade	1.296.679	7.424.206	8.785.450
Novo Laboratório Central	266.335	6.695.164	7.973.258
Outros	1.030.344	729.042	812.193
Sustentabilidade e Inovação	2.115.726	766.272	535.904
Monitorização e controlo	1.876.312	601.330	471.946
Eficiência energética	239.414	164.943	63.959
Tecnologias de Informação e Comunicação	1.317.172	651.020	830.469
Aquamatrix	379.239	320.386	290.892
Infraestruturas e Telegestão	597.081	311.916	410.193
Outros	340.853	18.718	129.384
Outros Investimentos	327.085	552.225	1.279.986
Centralização de Funções nos Olivais	0	253.236	61.064
Remodelação do Museu da Água nos Barbadinhos	85.468	104.840	425.377
Adaptação de Instalações	90.000	59.049	410.265
Outros	151.617	135.099	383.280
TOTAL	26.214.520	26.795.930	23.574.412

A Garantia da Fiabilidade e Segurança absorveu, no triénio, 41,7% do total investido, a Garantia da Capacidade, 24,5%, e a Garantia da Qualidade, 22,9%

Destaques do ano

■ Conclusão e inauguração do novo Laboratório Central

- Investimento total de 15,5 milhões de euros
- 6.453 m² de construção
- 4 pisos – um subterrâneo, dois para áreas de trabalho e um piso técnico
- Instalados 3 laboratórios – Química Orgânica, Química Inorgânica e Microbiologia
- Classificação energética do edificado – A
- Gestão inteligente da iluminação, segurança e ventilação/climatização

■ Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios

- Substituição e renovação dos circuitos hidráulicos da estação Elevatória dos Olivais
- Impermeabilização das coberturas da Estação Elevatória de Telheiras e do Reservatório de Telheiras I

■ Renovação da Rede de Distribuição

- Substituição de 16,9 km de rede com DN<400 mm e 0,7 km com DN >400 mm

■ Ampliação da Rede de Distribuição

- Executados 2,2 km, sendo 1,8 DN<400 mm e 0,4 DN>400 mm

■ Ampliação do Adutor do Castelo do Bode

■ Duplicação da obra especial da Azambuja e execução de by-pass a montante da Várzea das Chaminés

Inovação e desenvolvimento

Telegestão

Aumento do número de automatismos em serviço com incidência na optimização energética (número de grupos em funcionamento em função do nível e tarifário), qualidade (paragem imediata de instalações em função de valores de variáveis de qualidade) e órgãos de manobra (posicionamento de válvulas em função do valor das variáveis de controlo)

iMC

Reformulação da aplicação de suporte à metodologia analítica dos dados das ZMC's (Zonas de Monitorização e Controlo) e à telemetria de grandes e pequenos contadores, com um incremento da robustez, tempo de actualização de dados, novas funcionalidades e aumento dos utilizadores do sistema

AQUAmatrix

Efectuados desenvolvimentos aplicativos gerais, nomeadamente:


- LTF : Processos de Controlo de leituras para Clientes sem leitura há determinado número de meses
- Certificação de toda a suite aplicacional, em conformidade com a Portaria 363/10
- Conta Corrente, possibilitando efectuar agrupamentos de documentos avulsos de forma a gerar uma referência para pagamento (SIBS ou Débito em Conta)
- Inclusão de Notas de Crédito nos Últimos Avisos e Avisos de Corte
- Possibilidade de Gerir as Marcações de Serviços por área geográfica (Freguesia/Concelho)
- Depósitos de Garantia (Processo que gere a falta de pagamento do cliente, originando pedidos de reforço de caução)
- Possibilidade de agregação de documentos para Injunções
- Facturação de Serviços Periódicos, possibilitando a automatização da facturação de serviços por período de tempo

Qualidade da Água

- **Simulação Matemática** da evolução morfológica, da propagação de sedimentos e da qualidade da água do rio Zêzere entre Silvares e a captação da EPAL na Albufeira de Castelo de Bode
- Desenvolvimento de um modelo de **Simulação da Qualidade** da água de Lisboa
- Implementação de **sondas multi-paramétricas** de tecnologia solid-state na cidade de Lisboa
- Desenvolvimento e implementação de 12 **métodos de ensaio** laboratoriais
- Desenvolvimento e implementação de um **sistema automatizado** para a análise de 6 parâmetros da qualidade da água
- Estudo de **metodologias de colheita e conservação de amostras** para análise de compostos orgânicos em águas de consumo humano

Participação em Projectos Internacionais de I&D

- **Projecto TECHNEAU** "Technology enabled universal access to safe water":
 - Case Study 2: Monitoring and management strategy to understand and reduce the risk of re-release of pathogens from network biofilms
 - "Resuspension potential method (rpm) - diagnose of sediment formation in Lisbon distribution NETWORK"
- **Projecto Cost** Benefit Analysis (CBA) of Flushing - Lisbon Case Study - COST ACTION 637 – ME-TEAU "Metals and Related Substances in Drinking Water", de que resultou a edição, pela EPAL e LNEC, do relatório final do projecto "Estudos para caracterização do biofilme da rede de distribuição de água da EPAL e dos riscos associados"

- 
- **Projecto SAFEWATER** “Desenvolvimento e Validação de Processos Integrados de Tratamento de Água de Consumo em Portugal e Noruega”
 - **Projecto «Fungi Watch: Benefits and hurdles associated with the presence of fungi in drinking water sources»**
 - **Projecto PREPARED**, co-financiado pelo 7º Programa Quadro da Comunidade Europeia, que tem como principal objectivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água

Participação em Projectos Nacionais de I&D

- **Projecto Adapta Clima**, projecto plurianual de investigação para adaptação do ciclo urbano da água a cenários de alterações climáticas com o Grupo de Investigação em Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- **Projecto Nascentes para a Vida**, com o objectivo de promover e salvaguardar a biodiversidade das Ribeiras e Zonas Húmidas da Bacia Drenante Adjacente à Albufeira de Castelo do Bode

A close-up photograph of a metal spout pouring water into a large, shallow metal basin. The water is captured in mid-pour, creating a dynamic, shimmering effect. The background consists of dark, horizontal wooden planks. The lighting is warm, highlighting the metallic surfaces and the texture of the water.

Gestão da Sociedade

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres

Sociedade Anónima de Capitais Públicos detida a 100% pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.

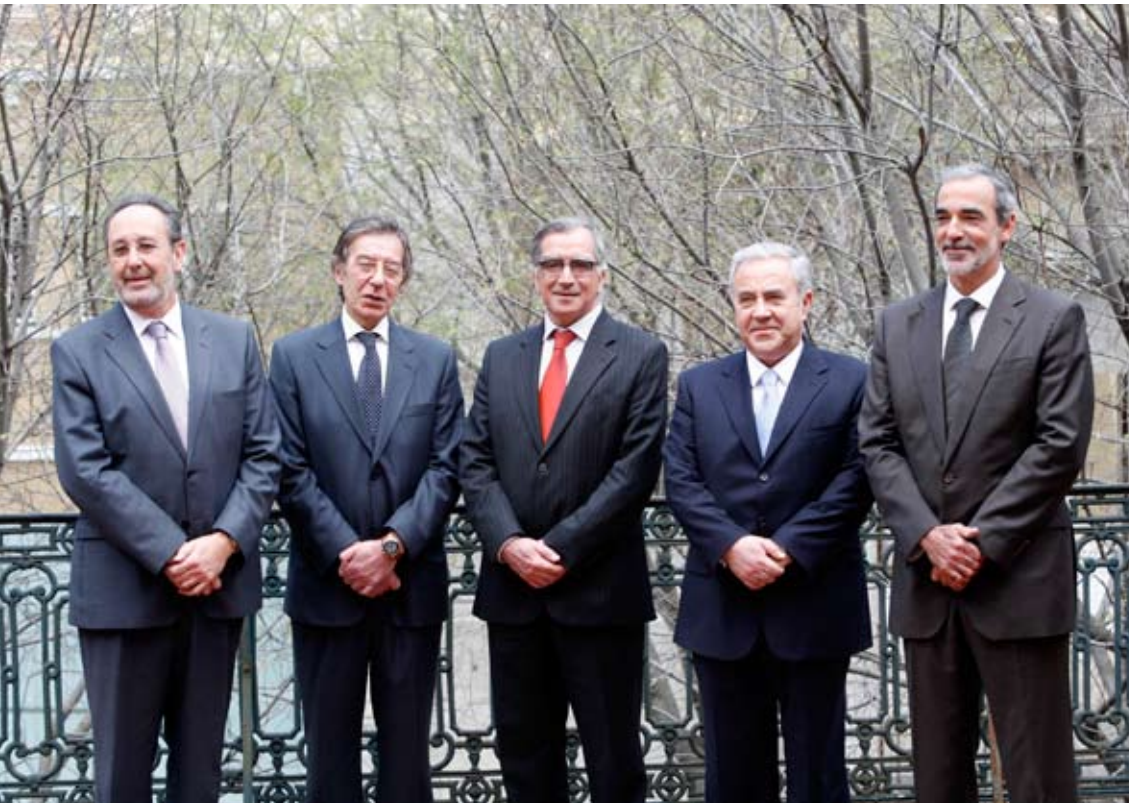
Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Accionista único

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

- Presidente: AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por Carlos Alberto Dias Teixeira
- Vice-presidente: Cristina Rebelo Pereira
- Secretária: Alexandra Varandas
 - A mesa da assembleia-geral foi eleita para o triénio 2008-2010
 - A assembleia-geral reuniu a 31 de Março de 2010
 - A remuneração dos membros da mesa, aprovada pela Comissão de Vencimentos da empresa em Maio de 2006, manteve-se inalterada
 - Presidente Senha de presença no valor de € 633,4
 - Vice-presidente Senha de presença no valor de € 475,0
 - Secretária Senha de presença no valor de € 316,7



Rui Godinho

Jorge Loureiro

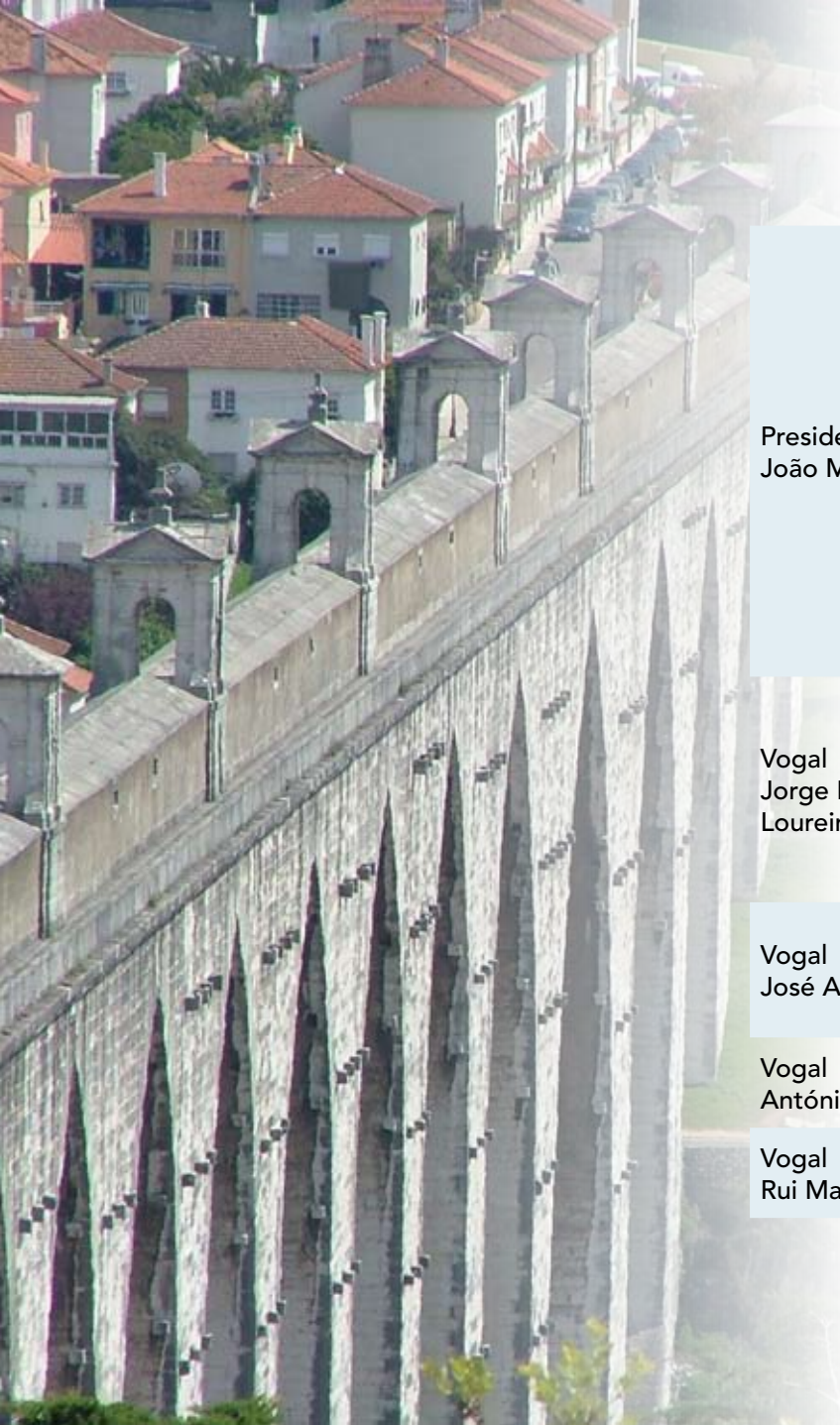
João Fidalgo

José Manita Vaz

António Bento Franco

Conselho de Administração

- Órgão executivo da sociedade, constituído por cinco membros
 - Presidente – João Manuel Lopes Fidalgo
 - Vogais
 - Jorge Luis Ferrão de Mascarenhas Loureiro (falecido em Dezembro 2010)
 - José Alfredo Manita Vaz
 - António Bento Franco
 - Rui Manuel de Carvalho Godinho
 - Jorge Luis Ferrão de Mascarenhas Loureiro, cumpriu 4 mandatos em diferentes Conselhos de Administração no total de 11 anos de serviço à empresa
- Eleito para o triénio 2008-2010
- Reuniu 40 vezes em 2010
- A remuneração fixa dos membros do CA manteve-se inalterada desde 2004
- Não foram pagas, em 2010, quaisquer remunerações variáveis
- Cada um dos elementos do CA é responsável pelos seguintes pelouros:



Presidente
João Manuel Lopes Fidalgo

- Representação da Empresa
- Coordenação de Pelouros
- SG – Secretário-Geral
- DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional
- PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação
- AUD – Gabinete de Auditoria Interna
- DGA – Direcção de Gestão de Activos
- LAB – Direcção Laboratório Central
- Arquivo Histórico

Vogal
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro

- DRH – Direcção de Recursos Humanos
- JUR – Gabinete Jurídico
- MDA – Museu da Água
- Jornal “Águas Livres”
- Órgãos Representativos dos Trabalhadores

Vogal
José Alfredo Manita Vaz

- DRC – Direcção de Relação com Clientes
- DAF – Direcção Financeira
- DSI – Direcção de Sistemas de Informação

Vogal
António Bento Franco

- DOP – Direcção de Operações
- DIR – Direcção de Infra-estruturas de Rede

Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho

- DGO – Direcção de Gestão de Obras
- LOG – Direcção de Logística

Conselho de Administração

Mandato 2008-2010					
Ano de 2010	João Fidalgo	Jorge Loureiro	Manita Vaz	Bento Franco	Rui Godinho
1. Remunerações					
1.1. Remuneração Fixa (a)	118.230 ₁	110.250	110.250	110.250	110.250
1.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	3.800	3.150	3.150	3.150	3.150
1.3. Remuneração Fixa Efectiva (1.1 - 1.2)	114.430 ₁	107.100	107.100	107.100	107.100
1.4. Senhas de Presença	N	N	N	N	N
1.5. Acumulação de Funções de Gestão	N	N	N	N	N
1.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	N	N	N	N	N
1.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	NA	NA	NA	NA	NA
2. Outras Regalias e Compensações					
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	6.204 ₁	1.076	1.382	1.358	1.071
2.2. Subsídio de Deslocação	N	N	N	N	N
2.3. Subsídio de Refeição	1.596 ₁	1.571	1.571	1.571	1.571
2.4. Outros (Identificar Detalhadamente)	N	N	N	N	N



3. Encargos com Benefícios Sociais					
3.1. Regime Convencionado	14.966 ₁	8.214	15.318	5.634	15.318
3.2. Regime Convencionado					
3.2.1. Segurança Social (S/N)	S	N	S	N	S
3.2.2. Outro (Identificar)		CGA		CGA	
3.3. Seguros de Saúde	0	0	710	861	0
3.4. Seguros de Vida	2.894 ₁	0	2.912	2.699	0
3.5. Outros (Identificar Detalhadamente)	N	N	N	N	N
4. Viatura de Serviço					
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura de Serviço	1.059 _{1 e 2}	596 ₂	633 ₂	610 ₂	652 ₂
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas	36	36	36	36	36
4.7. Ano de Aluguer da Viatura de Serviço	2009	2008	2008	2008	2008
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço	3.092 ₁	2.326	1.965	1.810	2.782
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura de Serviço (S/N)	S	S	S	S	S
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	N	N	N	N	N
5.2. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	N	N	N	N	N
5.3. Outras (Identificar Detalhadamente)	N	N	N	N	N

Legenda

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

₁ Valor facturado à EPAL pela AdP, SGPS

₂ Valor resultante da alteração da taxa do IVA para 23%

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável;

Fiscal único

- Eleitos para o triénio 2008-2010.
- Ao fiscal único foi atribuída a remuneração de 17.912 euros.

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

- Presidente: Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre
Vogal: Maria Paula Batista Antunes
Vogal: Manuel Duarte Pinheiro
- Eleito para o triénio 2008-2010
- Reuniu com o conselho de administração em Junho, Julho e Novembro
- A remuneração dos membros do CCDS, aprovada pela Comissão de Vencimentos da empresa em Maio de 2006, manteve-se inalterada, 4.427,6 euros/ano a cada membro

Comissão de Vencimentos

- Presidente: Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra
Vogal: Maria de Fátima Ferreira Pica Ferreira Borges
- Eleita para o mandato 2008-2010

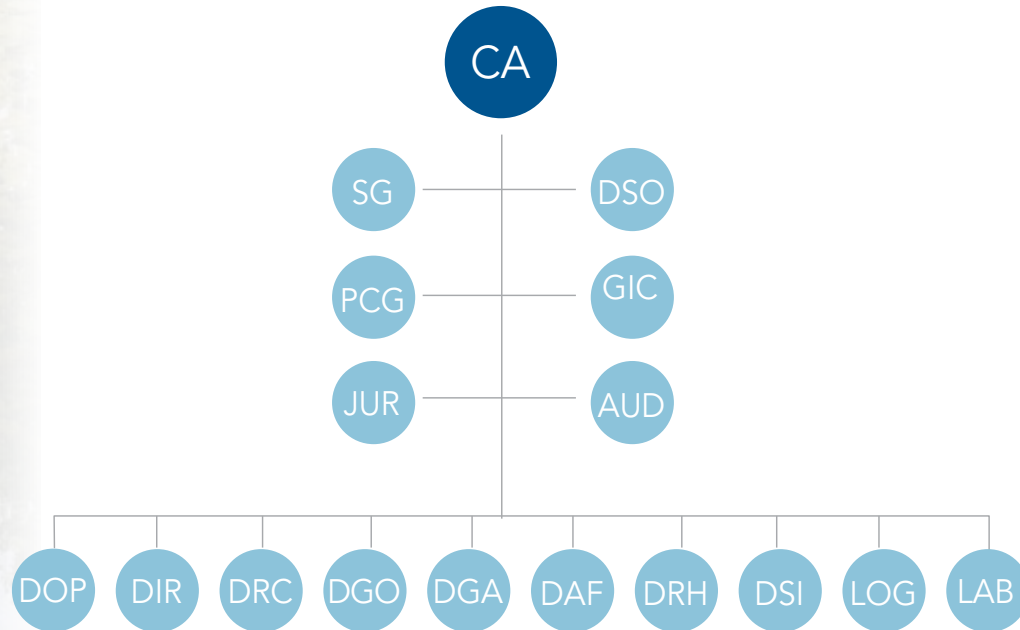
Objectivos de Gestão

OBJECTIVOS EPAL 2008-2010

Indicador	Objectivos			Real	Real	Real
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
ROCE (%)	5,8%	5,9%	6,0%	7,4%	6,7%	7,9%
Margem EBITDA (%)	44,0%	45,0%	46,0%	53,4%	49,2%	50,6%
Taxa de perdas em Baixa (% volume entrado em Lisboa)	16,9%	16,4%	15,9%	14,8%	13,5%	11,8%
Qualidade da água fornecida - Baixa (%)	99,60%	99,60%	99,60%	99,86%	99,66%	99,56%
Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	46	46	38	56	45	36
Custos operacionais/EBITDA	169%	164%	159%	139%	152%	133%
Cumprimento das orientações Corporativas	100,0%	100,0%	100,0%	120%	120%	100%
Cumprimento dos Prazos de Reporte	100,0%	100,0%	100,0%	82%	108%	68%

Nota: Os Indicadores Financeiros, em 2010, têm por base Demonstrações Financeiras em IFRS.

Estrutura Orgânica



CA Conselho de Administração

SG Secretário-Geral

DSO Gabinete de Desenvolvimento Organizacional

PCG Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

GIC Gabinete de Imagem e Comunicação

JUR Gabinete Jurídico

AUD Gabinete de Auditoria Interna

DOP Direcção de Operações

DIR Direcção de Infra-estruturas de Rede

DRC Direcção de Relação com Clientes

DGO Direcção de Gestão de Obras

DGA Direcção de Gestão de Activos

DAF Direcção Financeira

DRH Direcção de Recursos Humanos

DSI Direcção de Sistemas de Informação

LOG Direcção de Logística

LAB Direcção Laboratório Central

Sistemas de Gestão

Sistema Integrado de Gestão da Qualidade

- Assegurada a transição da norma NP EN ISO 9001:2000 para a versão NP EN ISO 9001:2008 no âmbito da Relação com Clientes
- Certificadas as áreas de Novos Abastecimentos e de Clientes Municipais, bem como a função Inspeção de Activos
- Iniciado o projecto de implementação das OSHAS 18001/2007
- Mantidas as acreditações da totalidade dos laboratórios de controlo da qualidade da água e de contadores

Gestão de activos

- Prosseguida a inventariação dos activos em conformidade com a estruturação definida no MIGA - Modelo Integrado de Gestão de Activos, e com as localizações constantes do projecto do Máximo
- Realizadas 129 inspeções, resultando, desde o arranque desta actividade, um total de 261 inspeções
- Implementação de um portal com informação cadastral e de desempenho dos activos operacionais
- Concluído o projecto de segmentação da rede de Lisboa, que ficou totalmente coberta por Zonas de Monitorização e Controlo, instrumento fundamental para a gestão operacional da rede em termos de volumes, pressão e balanço hídrico
- Elaborado novo Plano de Manutenção
- Estudo da vulnerabilidade sísmica dos Reservatórios de Telheiras e de Vila Franca de Xira

MIS – Sistema de Informação de Gestão

- Consolidado o sistema com apresentação de relatórios mensais de cada área funcional e do desempenho global da empresa

Sistema de Gestão por Objectivos (GPO)

- Implementado novo sistema de avaliação de desempenho profissional para os quadros em regime de comissão de serviço que combina a gestão por objectivos com as competências comportamentais críticas para as funções exercidas
- Os objectivos para 2010 foram já definidos no âmbito desta nova metodologia

Planos de Segurança da Água

- Aprovados os Planos de Segurança da Água
- Desenvolvidas acções de melhoria para mitigação dos riscos identificados nos planos
- Realizado Fórum para stakeholders e Quadros da EPAL para divulgação do PSA
- Realizadas acções de sensibilização nas quais estiveram presentes cerca de 500 colaboradores da empresa

Gestão de Riscos

A actividade de abastecimento de água é desenvolvida 24 horas por dia, 365 dias por ano

A gestão de risco foi assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da EPAL, tendo sido incorporada em todos os processos de Gestão

Riscos

- **Qualidade da Água** - Risco de consequências adversas para a saúde pública decorrentes de falhas, erros, acidentes ou avarias ao longo da cadeia de abastecimento
 - **Mitigação**
 - Programa Integrado de Controlo de Qualidade da Água que compreende o controlo legal, operacional e de vigilância e o controlo dos processos de tratamento instalados nas fábricas
 - Plano de Segurança da Água, no qual são avaliados os riscos para a saúde do consumidor e os riscos de falta de água, desde a captação até à torneira, com análise exhaustiva de todos os perigos existentes e das medidas de controlo implementadas
- **Falha ou indisponibilidade dos activos operacionais** – Pode por em causa a continuidade do abastecimento
 - **Mitigação**
 - O Sistema de Telegestão assegura a monitorização e operação dos activos em tempo real
 - A identificação dos riscos associados aos activos informa as estratégias de manutenção e de investimento
- **Segurança física das instalações** – Riscos de danos causados por situações fortuitas, acidentes, nomeadamente naturais, e acções de terceiros
 - **Mitigação**
 - A existência de planos de emergência e de esquemas de segurança ao nível da integridade das instalações

- **Alterações Climáticas** – Risco de afectação da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos disponíveis
 - **Mitigação**
 - Projecto Adapta Clima, projecto plurianual de investigação para adaptação do ciclo urbano da água a cenários de alterações climáticas com o Grupo de Investigação em Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
 - Projecto PREPARED, co-financiado pelo 7º Programa Quadro da Comunidade Europeia, que tem como principal objectivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água
 - **Custos Energéticos** – O peso dos custos energéticos na estrutura de custos da empresa pode não ser recuperável pela via tarifária
 - **Mitigação**
 - A compra de energia no mercado liberalizado
 - Investimento na produção de energia através de fontes renováveis
 - **Regulação Económica** – Insuficiente codificação do modelo regulatório específico da EPAL
 - **Mitigação**
 - Foram desenvolvidos trabalhos com vista à redefinição do regime legal e estatutário da EPAL
 - Colaboração e disponibilidade para análise e discussão do modelo regulatório
 - **Regulamentação** - Acréscimo de encargos para a Empresa decorrentes de nova legislação e regulamentação
 - **Mitigação**
 - Sempre que tem oportunidade, a EPAL colabora com as autoridades competentes, emitindo pareceres sobre as novas propostas de legislação ou regulamentação
 - A procura contínua da melhoria da eficiência contribui também para a mitigação deste risco

Riscos financeiros

■ Risco de Liquidez

■ Mitigação

- Manter um nível confortável de liquidez
- Assegurar estrutura financeira sólida, adaptando as fontes de financiamento aos activos operacionais e de investimento
- Garantir flexibilidade na utilização de linhas de crédito, em montantes adequados ao desenvolvimento normal da actividade.
- Contratação, em 2002, de financiamento de longo prazo de 185 milhões de Euros, correspondente a 50% dum programa de investimentos ainda em curso, avaliado em 370 milhões de Euros, cujo contrato terminou no final de 2010, tendo a EPAL utilizado a totalidade do montante disponível

■ Risco de Taxa de Juro

■ Mitigação

- Obtenção de créditos bancários de longo prazo a taxa de juro variável
- Contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais instrumento de cobertura
- Equilíbrio da dívida a taxa fixa com a dívida a taxa variável. No final de 2010: taxa fixa: 52,3% vs. taxa variável: 47,7%

■ Risco de Crédito

■ Mitigação

Possibilidade de perdas financeiras, decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes.

Avaliação efectuada regularmente, tendo em conta o tipo de crédito, a finalidade e a natureza das operações, nomeadamente através do controlo dos saldos de contas a receber, com base numa avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade.

Gestão de Situações Críticas

- Desenvolvido o projecto com o W-Smart - Water Security Management Assessment, Research & Technology, para definição de procedimentos e planos de contingência para resposta a emergências que possam pôr em causa o sistema de abastecimento da empresa ou o fornecimento de água
- Realizado simulacro com envolvimento de cerca de 80 quadros da empresa, acompanhados por equipa multidisciplinar de peritos estrangeiros
- Em avaliação as vulnerabilidades de segurança, security e safety, do sistema de abastecimento de água, tendo como objectivo, numa segunda fase, a mitigação dos riscos detectados

Gestão do Património histórico

- Elaborado projecto de remodelação do Museu da Água e do Recinto dos Barbadinhos
- Concluída a 1ª fase do processo de inventariação do acervo museológico da empresa, relativa à identificação, marcação e recolha de imagem das peças
- Recolha e armazenamento de peças com interesse museológico dispersas pelos vários recintos da empresa
- Realizados restauros de 52 livros, 41 desenhos e gravuras e 2 peças escultóricas

Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

O desempenho da empresa nestes domínios consta do Relatório de Sustentabilidade 2010

Mecanismos de prevenção de conflitos de interesses

- sistemática avaliação da conformidade legal
- avaliação dos critérios de recrutamento e selecção das pessoas
- promoção e prática dos valores da empresa

A resolução de conflitos de interesse, quando necessária, processa-se em ambiente de abertura, transparência, diálogo e de negociação justa e equilibrada

Cumprimento dos princípios de Bom Governo

Adoptados e cumpridos os princípios de bom governo definidos para as empresas do Sector Empresarial do Estado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, designadamente:

- cumprimento da missão da empresa
- cumprimento dos objectivos de gestão
- respeito pelos princípios da prestação de serviço público e satisfação das necessidades da colectividade
- prosseguidas as políticas de qualidade e ambiente, de combate à corrupção, de patrocínios
- elaborados e executados os planos de actividade e orçamentos
- equidade nas relações com clientes, fornecedores e demais stakeholders
- assegurada a segregação de funções executivas e de fiscalização da sociedade
- divulgação da informação relevante nos sítios da empresa e do sector empresarial do Estado



Aquisições de Bens e Serviços

- Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas
- Cumprimento das Normas de Contratação Pública

Empreitadas e aquisição de bens e serviços em 2010

Empreitadas	€8.896.635
Aquisição de bens	€ 7.641.811
Aquisição de serviços:	€ 36.094.670

Número de Processos por Procedimento Adoptado

Ajustes directos	67	€4.197.205
Concursos públicos	6	€8.186.999
Consultas com concorrência	34	€1.559.154
Consultas sem concorrência	27	€954.130

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos com facturação superior a 1 milhão de euros:

- Tomás de Oliveira – Empreiteiros, SA
- MARPE – Construções e Instalações Técnicas, SA
- Consórcio: GRAVINER – Construções, SA / REDECOR – Revestimentos de Protecção e Decoração, SA
- ENDESA ENERGIA, SA
- IBERDROLA, SA
- CME, SA
- ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA

Contratos de Prestação de Serviços de valor igual ou superior a 125 mil euros

Designação	Valor do Contrato	Adjudicatário	Tipo de Procedimento
Acordo Quadro Empresarial para Aquisição e Licenciamento de Software e Serviços Específicos de Formação e Consultoria em Plataformas Oracle	€ 1.671.036,07	Oracle	Ajuste Directo para celebração de Acordo Quadro
Contrato de Aquisição de Serviços de alinhamento do modelo de compras da EPAL, com as melhores práticas, assegurando níveis superiores de eficiência e qualidade do serviço e potenciando maior competitividade de custos da empresa	€ 165.200,00	A. T. Kearney	Ajuste Directo sem Concorrência
Aquisição de Serviços de Desenvolvimento da Suite Aplicacional designada por AQUAmatrix - em regime de Time & Materials	€ 200.000,00	Altran Portugal	Ajuste Directo sem Concorrência
Prestação de Serviços de Comunicações de voz, móvel -móvel, móvel-fixo, fixo-fixo e transmissão de dados via sms, mms, gprs e/ou umts	€ 289.437,12	Vodafone	Concurso Público
Aquisição de Serviços Relacionados com a Celebração e Rescisão de Contratos de Fornecimento de Água aos Clientes da EPAL.	€ 700.794,00	Ensul/Meci	Concurso Público
Manutenção do Sistema SCADA nos Centros de Comando	€ 129.824,00	Tecnilab	Consulta de Contratação Excluída sem Concorrência
Contrato de Prestação de Serviços de Contact Center	€ 175.000,00	Randstad II	Ajuste Directo sem Concorrência
Renovação de Licenças e Manutenção do Sistema G/Interaqua	€ 276.000,00	Aquasis	Consulta de Contratação Excluída sem Concorrência
Aquisição de Serviços de SGED - Sistema de Gestão Electrónica de Documentos	€ 129.708,00	Link Consulting	Ajuste Directo com Concorrência
Contrato de Aquisição de Serviços de Consultadoria com vista a promover e validar práticas de Sustentabilidade, na concepção de estudos, projectos de execução, avaliação de propostas e acompanhamento e controlo da realização das empreitadas, assegurando que soluções mais conseguidas sejam objecto de certificação ambiental, energética e de sustentabilidade, nos termos do Sistema LiderA, na Implementação do Campus da EPAL	€ 128.700,00	Instituto Superior Técnico	Ajuste Directo

Legislação relevante

- Portaria n.º 21/2010, de 11 de Janeiro – valores das classes das habilitações contidas nos alvarás de construção
- Portaria n.º 160/2010, de 15 de Março - critérios para cálculo das taxas da actividade de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço, devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços de abastecimento público de água à ERSAR, I. P.
- Portaria n.º 175/2010, de 23 de Março - critérios para cálculo das taxas relativas à atribuição de regulação da qualidade da água para consumo humano
- DL n.º 26/2010, de 30 de Março (altera o DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro) - estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e altera o DL n.º 107/2009, de 15 de Maio
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de Abril - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
- Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril - Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária, alterando, em consequência, os artigos 299.º e 326.º do Código dos Contratos Públicos
- Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril - Orçamento do Estado para 2010
- DL n.º 72-A/2010, de 18 de Junho - normas de execução do Orçamento do Estado para 2010
- Portaria n.º 363/2010, de 23 de Junho - regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de facturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
- Portaria n.º 486/2010, de 13 de Julho – Regulamento de Gestão do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos

- DL n.º 90/2010, de 22 de Julho - Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão
- DL n.º 103/2010, de 24 de Setembro - normas de qualidade ambiental no domínio da política da água
- Portaria n.º 1187/2010, de 17 de Novembro - aprova a delimitação dos perímetros de protecção das captações da EPAL sitas em V.F. Xira
- DL n.º 131/2010, de 14 de Dezembro – introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de actos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procedendo à quinta alteração ao mesmo código
- Foram desenvolvidos trabalhos com vista à redefinição do regime legal e estatutário da EPAL, no sentido de vir a possibilitar a gestão das várias actividades que integram o ciclo urbano da água na área da Grande Lisboa e zonas geográficas conexas, que não chegaram a dar origem ao adequado diploma legal



Normas Internas

Ordens de Serviço

- OS-CA-002 – Edição 9 - Estrutura Orgânica da EPAL

Procedimentos de Gestão

- PG-SI-001 - Gestão de Documentos Normativos e Informativos
- PG-SI-002 - Controlo dos Registos
- PG-SI-004 - Auditorias Internas
- PG-SI-005 - Não Conformidades e Acções Correctivas e Preventivas
- PG-SI-007 - Revisão do Sistema Integrado
- PG-RH-001 - Desenvolvimento de Competências
- PG-OP-001 - Operação do Sistema - Fábricas de Água
- PG-GC-001 - Planeamento do Processo Gestão Comercial
- PG-GC-002 - Comunicação Interna e Externa de Informação do processo Gestão Comercial
- PG-GC-003 - Gestão de Novas Ligações
- PG-AO-001 - Gestão de Inspeções de Activos Operacionais
- PG-PE-002 - Monitorização de Iniciativas no MIS

Procedimentos Administrativos

- Regulamento de aquisição, atribuição e utilização de viaturas de serviço

Procedimentos Operativos

- 4 PO's do Processo de Gestão de Activos
- 26 PO's do Processo de Operação do Sistema de Abastecimento
- 8 PO's do Processo de Gestão Comercial

Comunicações de Serviço

- Projecto de alinhamento do Modelo de Compras da EPAL
- Política de Patrocínios da EPAL
- Sistema de Informação de Gestão - MIS
- Projecto Gestão Ciclo Água sob cenários alterações climáticas
- Plano de Segurança da Água da EPAL
- SGA - Política da Qualidade e Ambiente
- SGA - Listagem Interlocutores, Auditores e Gestores Resíduos
- SGQ da DRC - Objectivos e metas 2010
- Aprovação do PAI 2011-2013
- Alteração da Ordem de Serviço de Delegação de Competências
- Política de Utilização de Equipamentos Informáticos e de Comunicação
- Grupo de Trabalho para a Reestruturação do Museu da Água

Código de Ética e Conduta

- Disponível na Intranet e no Site da Empresa
- Distribuído a todos os Colaboradores

Protocolos celebrados em 2010

- Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET) / Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa - Colaboração
- Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) da Universidade Católica Portuguesa – Protocolo de mecenato cultural para edição de livros
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – Colaboração no Projecto LDMICROBIOTA
- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve – Acordo de colaboração no Plano de Trabalhos no Mestrado ERASMUS MUNDUS
- Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) / Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) – Adenda ao contrato de apoio mecenático ao desenvolvimento do Projecto de Tratamento, Musealização e Divulgação da Custódia de Belém
- ECOPIHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores – Colaboração para instalação de pontos de recolha selectiva
- Fundação para a Ciência e Tecnologia – Contrato de bolsa de doutoramento em empresa
- AREPAL – Associação para o Serviço de Apoio Social a Reformados da EPAL – Cooperação
- Câmara Municipal de Lisboa/SIMTEJO/Lisboa e-nova – Cooperação para estudo de implementação de rede de água reutilizada
- Câmara Municipal de Lisboa/SIMTEJO/Lisboa e-nova – Parceria para a lavagem de ruas com água reciclada
- Câmara Municipal de Lisboa – Parceria para a utilização do recinto do Arco
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Ministério da Saúde – Acordo para construção de novo Hospital em Vila Franca de Xira



Desempenho Financeiro

10⁶ EUR

	2009 POC	2009 IFRS	2010 IFRS
Rendimentos totais	155,0	154,6	164,1
Gastos totais*	127,9	121,9	118,2
Resultado Líquido	27,1	32,7	45,9

* Inclui IRC

- Resultado líquido: 45,9 milhões de Euros
- Rendimentos totais: 164,1 milhões de Euros
- Gastos totais: 118,2 milhões de Euros

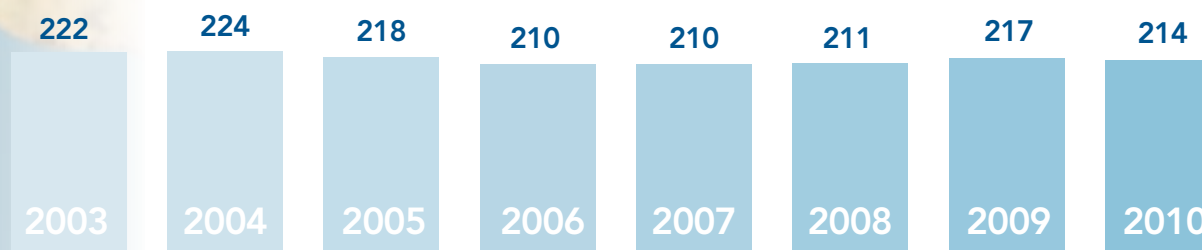
Volume de Negócios

10³ EUR

	2008 POC	2009 POC	2009 IFRS	2010 IFRS	VARIÇÃO 10/09	
					Valor	%
Vendas	140.942	146.302	146.302	145.448	(854)	(0,6)
Prestações de serviços	2.584	2.767	2.767	2.007	(760)	(27,5)
Volume de negócios	143.526	149.069	149.069	147.455	(1.614)	(1,1)

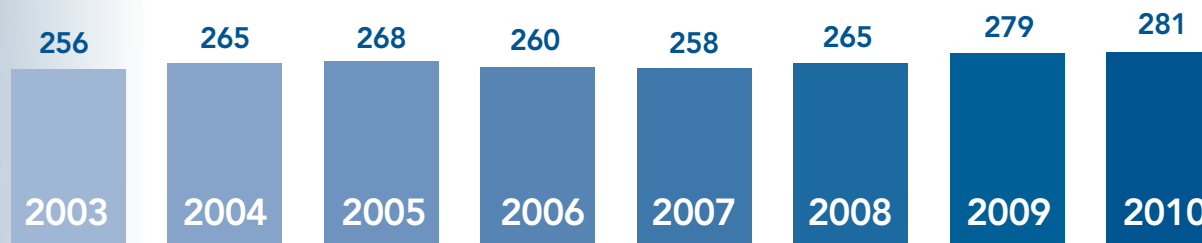
- Redução no valor de vendas de água
- Redução no valor das prestações de serviços conexos (mormente instalação de contadores)

Volume de água vendida (Milhões de m³)



- Diminuição da quantidade de água vendida a partir de 2004, com inversão do sentido em 2008
- Em 2010 verifica-se um decréscimo do volume de água vendida de 1,5%, para 214 milhões m³
- Esforço continuado da EPAL na sensibilização para o consumo racional de água por parte dos seus clientes

Volume de água vendida/trabalhador (Milhões de m³)



- A evolução do volume de actividade da EPAL tem sido acompanhada pela racionalização e valorização de competências dos seus recursos humanos
- Indicador de produtividade *água vendida por trabalhador* com tendência crescente ao longo dos últimos anos

Resultados operacionais

10³ EUR

	2008 POC		2009 POC		2009 IFRS		2010 IFRS		Var % 10/09
Volume de negócios	143.526	100%	149.069	100%	149.069	100%	147.455	100%	(1,1)
Outros rendimentos operacionais	6.423		4.312		3.907		4.270		9,3
Custo das vendas	(2.694)	1,9%	(2.754)	1,8%	(2.736)	1,8%	(2.810)	1,9%	2,7
Fornecimentos e serviços externos	(39.779)	27,7%	(37.790)	25,4%	(37.790)	25,4%	(39.231)	26,6%	3,8
Gastos com o pessoal	(28.304)	19,7%	(36.229)	24,3%	(36.611)	24,6%	(31.652)	21,5%	(13,5)
Perdas de imparidade	(775)	0,5%	(391)	0,3%	(70)	0,0%	(296)	0,2%	322,9
Provisões (aumentos / reduções)	577	0,4%	(1.857)	1,2%	(1.857)	1,2%	10.943	7,4%	
Outros gastos operacionais	(2.301)	1,6%	(1.560)	1,0%	(1.683)	1,1%	(1.728)	1,2%	2,7
Cash flow operacional (EBITDA)	76.674	53,4%	72.800	48,8%	72.229	48,5%	86.951	59,0%	20,4
Depreciações e amortizações	(31.693)	22,1%	(30.790)	20,7%	(23.458)	15,7%	(23.534)	16,0%	0,3
Resultados operacionais (EBIT)	44.981	31,3%	42.010	28,2%	48.771	32,7%	63.417	43,0%	30,0

Nota: Em função do normativo contabilístico IFRS, as rubricas anteriormente consideradas pela sua natureza "extraordinárias" foram reclassificadas em todos os períodos apresentados, de modo a manter a comparabilidade, afectando os resultados operacionais."

- Subida de 30% dos resultados operacionais para 63,4 milhões de Euros
- Crescimento de 20,4% do cash flow operacional (EBITDA), atingindo 86,9 milhões de Euros

EBITDA recorrente

10³ EUR

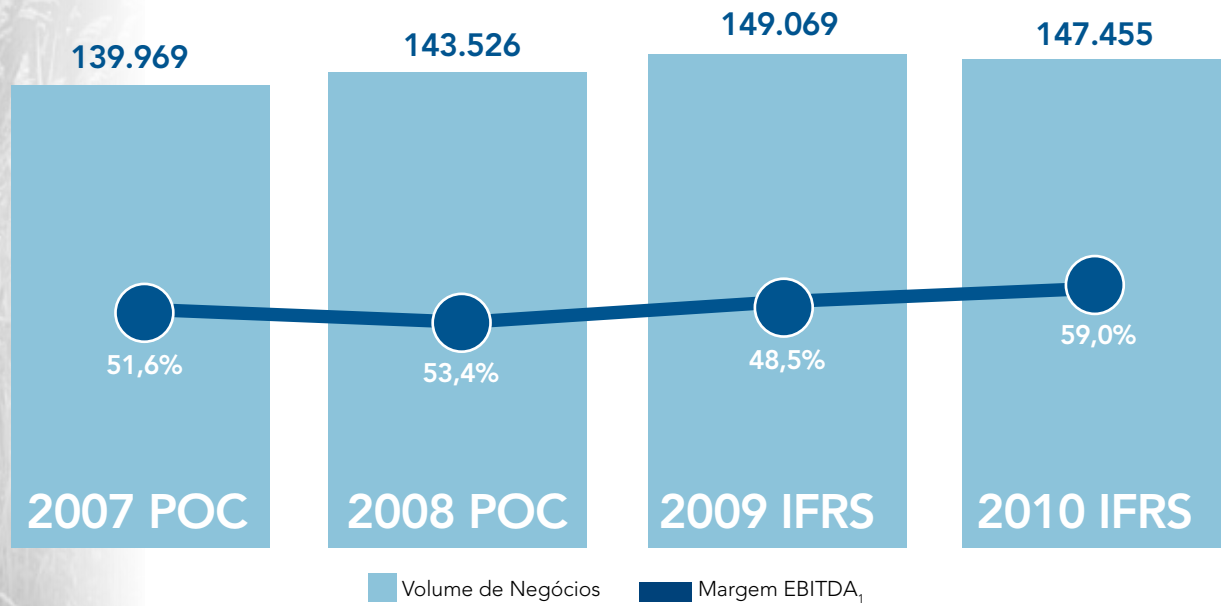
	2008 POC		2009 POC		2009 IFRS		2010 IFRS		Var % 10/09
Resultados operacionais (EBIT)	44.981		42.010		48.771		63.417		
Provisões (aumentos / reduções)	(577)		1.857		1.857		(10.943)		
Depreciações e perdas de imparidade	31.693		30.790		23.458		23.534		
Perdas não recorrentes	1.028		365		546		566		
Ganhos não recorrentes	(10.966)		(2.162)		(412)		(167)		
EBITDA recorrente	66.158	46,1%	72.860	48,9%	74.220	49,8%	76.407	51,8%	2,9

■ Incremento no valor do EBITDA recorrente em 2,9%

■ O montante dos gastos com o pessoal de 2008 encontra-se afectado pelo efeito do “corte” do Plano de Pensões ocorrido nesse ano, tratando-se, portanto, de um valor não recorrente que afecta os resultados operacionais

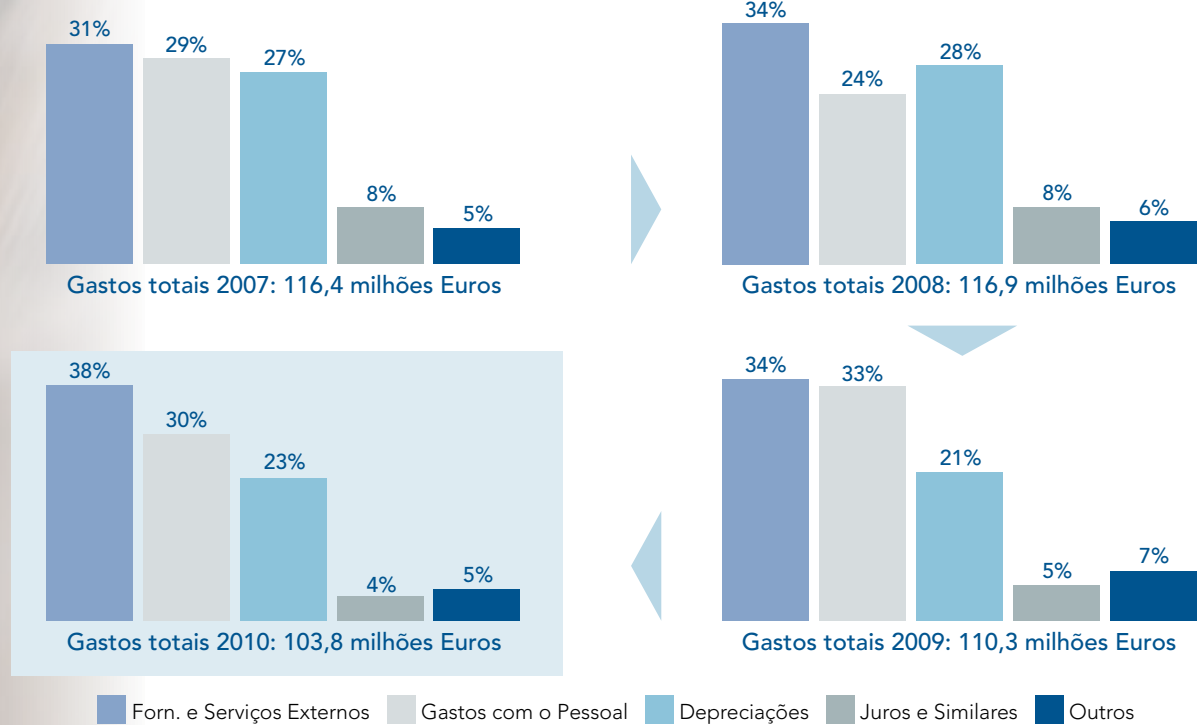
Margem EBITDA

10³ EUR



₁ Margem EBITDA = Cash flow operacional (EBITDA) / Volume de negócios

Manutenção da Margem EBITDA em níveis extremamente interessantes



Estrutura de Gastos

- Estabilidade na oscilação dos valores das principais rubricas da estrutura de gastos, ao longo dos últimos anos
- Excepções:
 - 2008: oscilações associadas à reestruturação do Fundo de Pensões. Expurgando este efeito e o efeito das contribuições para as Pré-Reformas, teríamos uma variação nos gastos com pessoal de aproximadamente -2%

- 2009: impacto da adopção do normativo contabilístico IFRS, nomeadamente em depreciações do exercício

Evolução dos gastos operacionais comparativamente com as restantes naturezas, bem como a respectiva composição:

	2008 POC	2009 POC	2009 IFRS	2010 IFRS	10 ³ EUR	
					Valor	Var % 10/09
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.694	2.754	2.736	2.810	74	2,7
Fornecimento e serviços externos	39.779	37.790	37.790	39.231	1.441	3,8
Impostos e taxas	1.213	1.137	1.137	1.162	25	2,2
Gastos com o pessoal	28.304	36.229	36.611	31.652	(4.959)	(13,5)
Provisões	(577)	1.857	1.857	(10.943)	(12.800)	(689,3)
Depreciações e perdas de imparidade	32.468	31.181	23.528	23.830	302	1,3
Outros gastos operacionais	1.088	423	546	566	20	3,7
Custos operacionais	104.969	111.371	104.205	88.308	(15.897)	(15,3)
% em função do Volume de Negócios	73%	75%	70%	60%		

■ Fornecimentos e serviços externos

- Em 2010, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos atingiu 39,2 milhões de Euros, subindo 3,8% face ao ano anterior, ainda assim ligeiramente abaixo do verificado em 2008
- O custo com energia, fundamental para as actividades do processo de abastecimento de água, representa 25% dos fornecimentos e serviços externos e contribui para a subida de custos, crescendo 9,3% face a 2009
- O valor da conservação das infra-estruturas tem um peso muito importante (17%) neste tipo de custos, subindo 5,4% em relação a 2009
- De assinalar a redução verificada na subrubrica de estudos e consultoria externa de aproximadamente 300 mil Euros, bem como em outros fornecimentos e serviços não core no montante aproximado de 700 mil Euros



■ Gastos com o pessoal

- A variação em gastos com o pessoal resulta, sobretudo, do não pagamento de prémios de desempenho e compensações variáveis relativamente ao exercício de 2010, bem como da redução significativa de encargos com pré-reformas

■ Provisões

- A variação em provisões do exercício advém da reversão de uma provisão criada, em períodos anteriores, no valor de 10,7 milhões de Euros. A reversão foi registada na sequência da celebração de uma Adenda a Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa ("CML"), segundo a qual a EPAL fica desobrigada do pagamento de quaisquer coimas ou juros de mora associados ao pagamento das taxas de subsolo relativas a anos anteriores. O termos da mesma Adenda foram aprovados por cada uma das entidades durante o exercício de 2010

■ Depreciações

- Redução das depreciações do exercício: o impacto da adopção do normativo IFRS ascendeu a -7,3 milhões de Euros
- Taxa de substituição dos investimentos próxima da óptima, em que, por um lado, é assegurada a modernização e reabilitação das infra-estruturas, e por outro pretende-se que os encargos daí decorrentes se mantenham controlados

Resultado Líquido

■ Resultado líquido do exercício: 45,9 milhões de Euros (+ 40,2%)

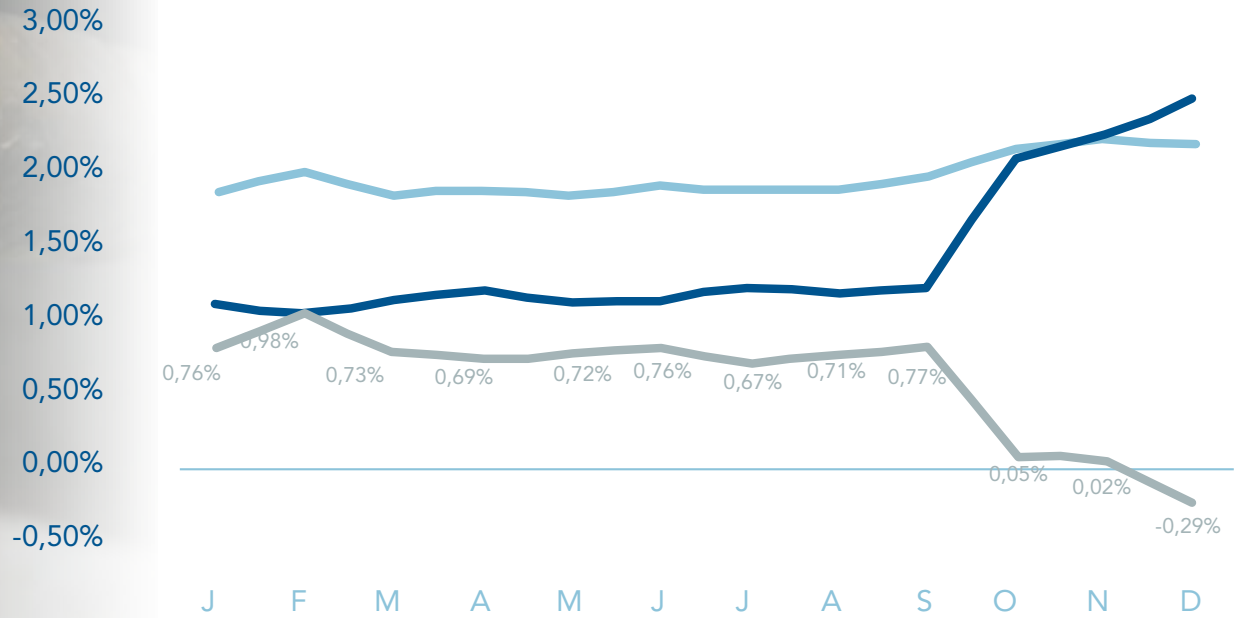
10³ EUR

	2008 POC		2009 POC		2009 IFRS		2010 IFRS		Var % 10/09
Resultados operacionais (EBIT)	44.981	31,3%	42.010	28,2%	48.771	32,7%	63.417	43,0%	30,0
Resultados Financeiros	(8.142)	5,7%	(4.266)	2,9%	(3.754)	2,5%	(2.888)	2,0%	(23,1)
Resultados antes de Impostos (EBT)	36.839	25,7%	37.744	25,3%	45.017	30,2%	60.529	41,0%	34,5
Imposto sobre o rendimento	(10.164)	7,1%	(10.627)	7,1%	(12.281)	8,2%	(14.642)	9,9%	19,2
Resultado Líquido	26.675	18,6%	27.117	18,2%	32.736	22,0%	45.887	31,1%	40,2
Resultado Líquido / acção (euros)	0.89		0.90		1.09		1.53		

■ Os resultados financeiros passaram de -3,8 milhões de Euros para -2,9 milhões de Euros

- Os rendimentos financeiros, com origem nos juros de depósitos e aplicações bancárias de curto prazo, ascenderam a 1,2 milhões Euros, ou seja, mais 28% do que no ano anterior
- Os encargos financeiros com a dívida bancária de médio e longo prazo, contratada com o Banco Europeu de Investimento (BEI), ascenderam a 4,3 milhões de Euros, menos 19% que no ano anterior
- Esta evolução resulta, na sua quase totalidade, da evolução positiva das taxas de juro, apesar de 52,3% do passivo bancário da empresa estar contratado a taxa de juro fixa
- Ao longo de 2010, a Empresa realizou desembolsos de dívida no valor de 50 milhões de Euros, tendo sido realizados reembolsos no montante de 20,9 milhões de Euros
- Boa performance no que toca às suas condições de financiamento, reduzindo os custos financeiros em cerca de 20%

Custo médio do capital alheio

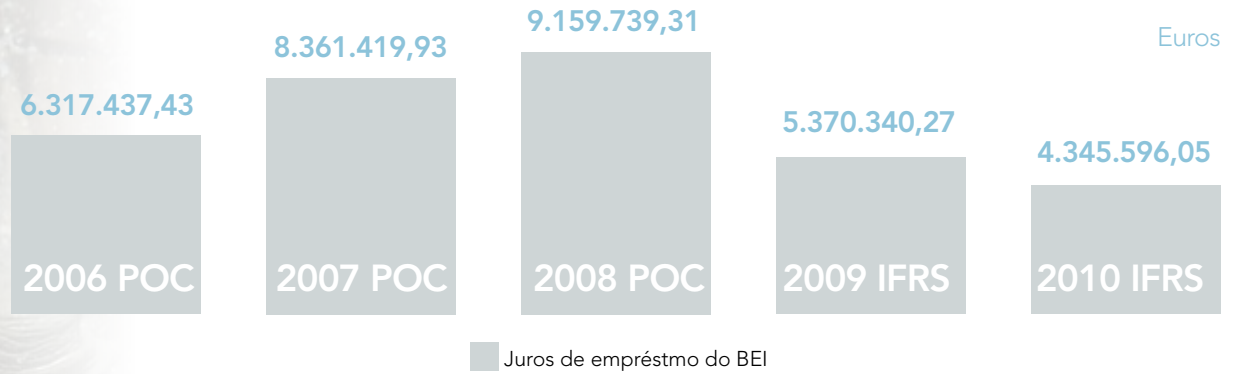


— Taxa de mercado ¹ — Spread implícito no custo EPAL — Custo financiamento EPAL

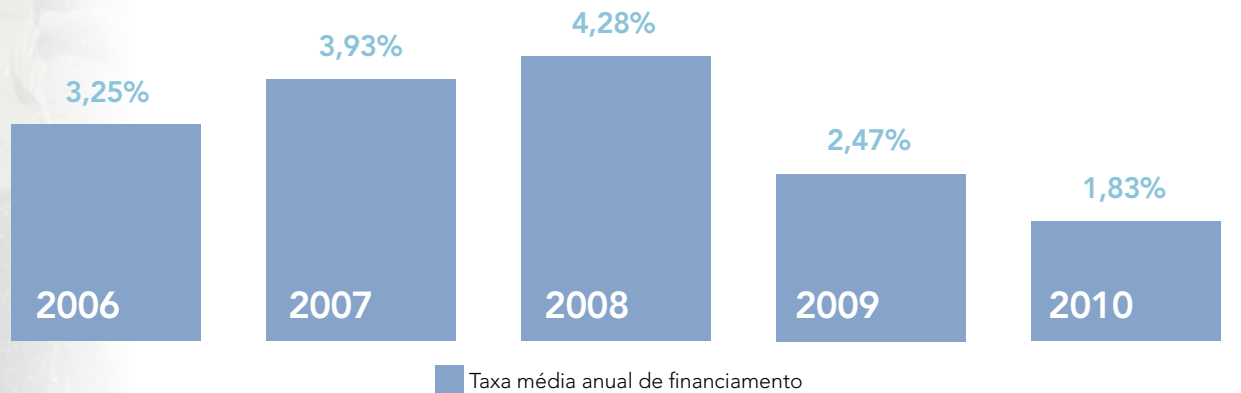
¹ Taxa de mercado calculada com base numa estrutura de modalidades de taxa (fixa e variável) idêntica à da EPAL, utilizando a Euribor a 3 meses como referencial para a taxa variável e as cotações do swaps de taxa de juro (com maturidades similares às da dívida da EPAL) como referencial para a taxa fixa. É uma taxa de base interbancária, não incorporando qualquer spread

■ O custo médio do capital alheio da EPAL, tendo em conta tanto a componente fixa como a variável, situou-se em níveis competitivos face à taxa média de mercado comparativa, tendo ao longo do ano registado uma tendência positiva, terminando 2010 com um spread implícito negativo de 29 p.b.

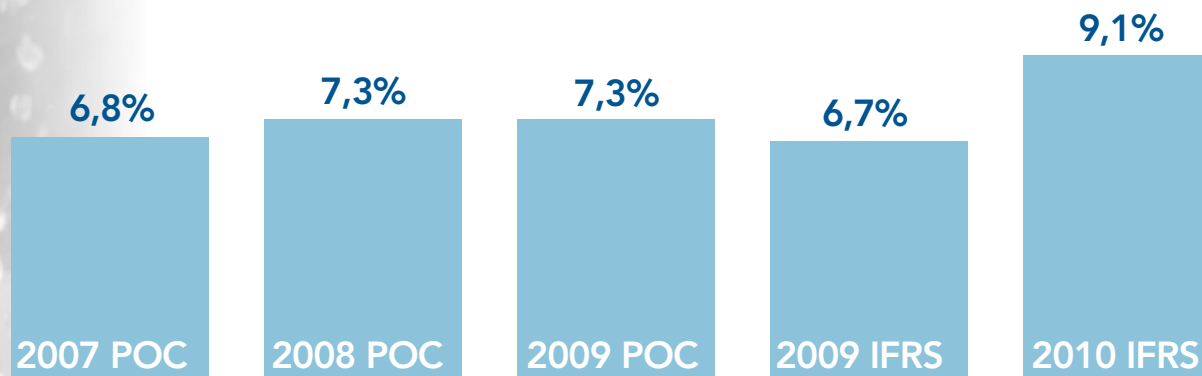
■ A evolução registada nos últimos 5 anos ao nível dos juros suportados com o passivo remunerado foi positiva, sendo o valor registado em 2010 o mais baixo nesse período



■ Também a evolução da taxa média anual de financiamento foi muito positiva no período 2006 a 2010, sendo o custo médio de financiamento de apenas 1,83% em 2010



Rentabilidade dos Capitais Próprios



Posição financeira

Os fluxos de caixa decorrentes da actividade operacional serviram para financiar o investimento, assim como para assegurar grande parte do serviço da dívida bancária e a remuneração do accionista

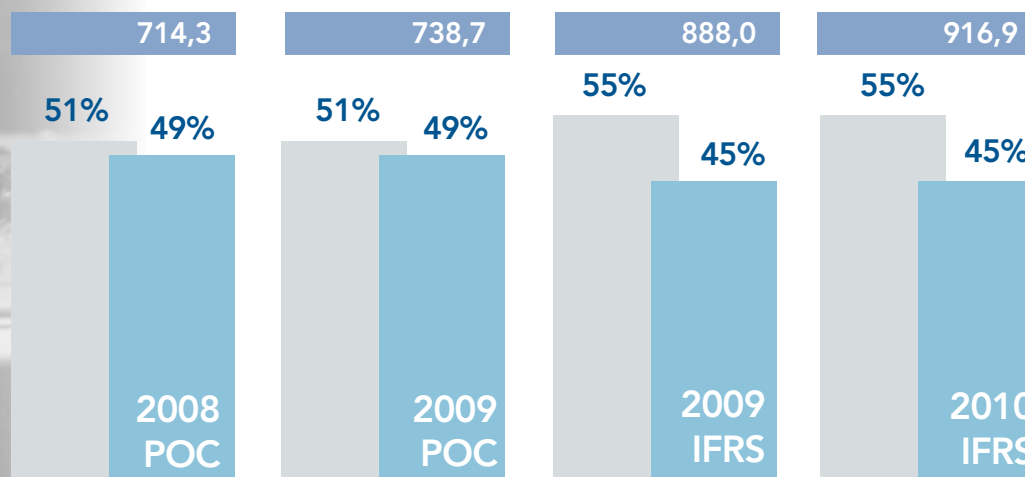
	10 ⁶ EUR	
Demonstração sintética dos fluxos de caixa	2009	2010
Fluxos caixa operacionais	76,2	55,2
Fluxos caixa do investimento	(32,1)	(76,9)
Pagamentos em actividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	(32,5)	(49,3)
Recebimentos em actividades de financiamento		
Desembolsos do ano	20,0	50,0
Varição de caixa e seus equivalentes	31,6	21,0

- Em 2010, a Empresa reforçou o financiamento bancário em 50 milhões de Euros para fazer face à sua carteira de investimentos actuais e futuros, necessários às suas operações
- Fonte de fundos primordial para a actividade:
 - Autofinanciamento sólido da actividade (EBITDA recorrente de 76,4 milhões de Euros)
- Redução do Prazo Médio de Pagamentos para 35,25 dias
 - Melhorou em 21,3 %, ou seja 9,57 dias face ao ano anterior
 - Inclui pagamento de investimentos, os quais, pela sua natureza e montantes são mais latos do que os pagamentos associados à actividade corrente

A EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento

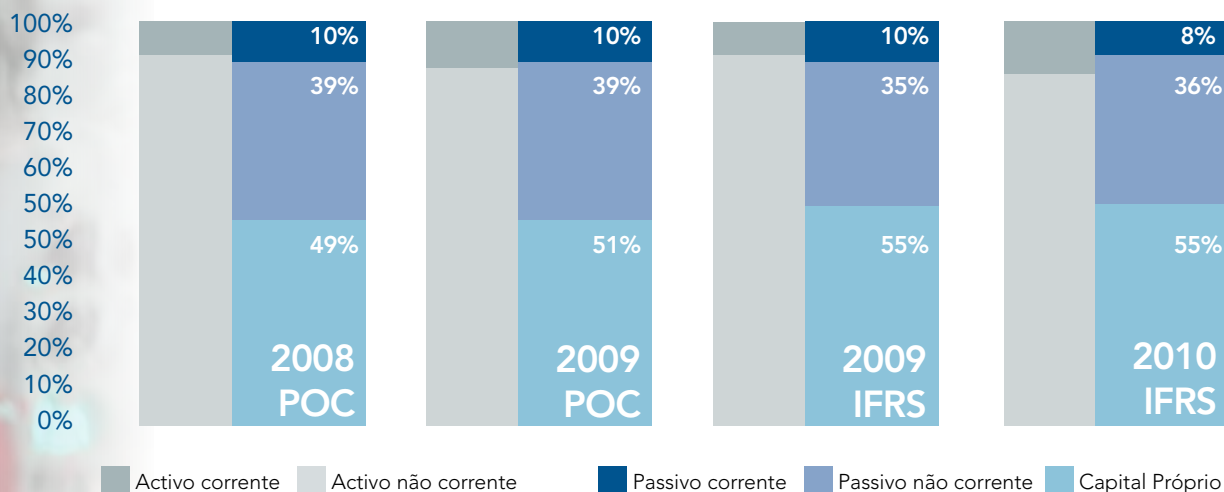
Estrutura de capital

10⁶ EUR
Activo Líquido



■ Capital Próprio ■ Capital Alheio

Fontes de Financiamento



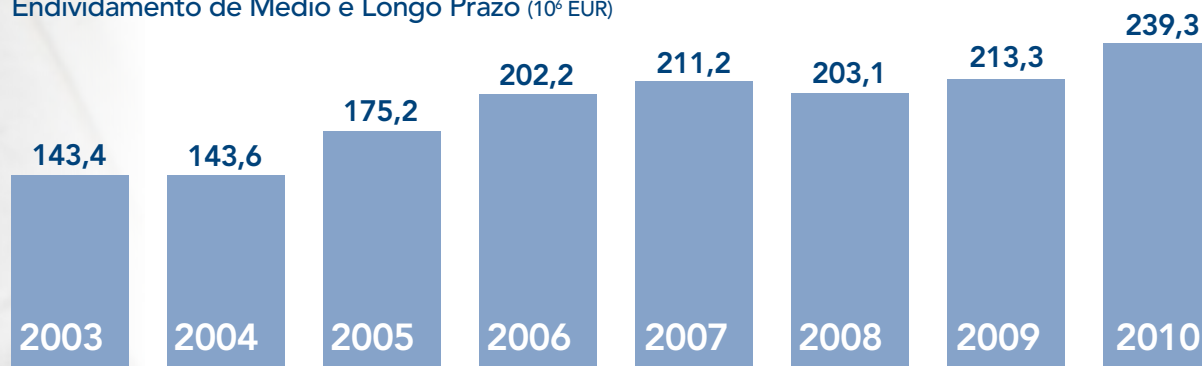
■ A optimização dos recursos financeiros, quer os resultantes da sua actividade, quer os obtidos externamente, continua a ser uma das prioridades da EPAL, daí que o balanceamento das fontes de financiamento permaneça perfeitamente consolidado ao longo dos últimos exercícios económicos

Demonstração da Posição Financeira

10³ EUR

Balanço	2008 POC	2009 POC	2009 IFRS	2010 IFRS	VARIÇÃO 10/09	
					valor	%
ACTIVO						
Activo não corrente	658.647	653.333	804.391	803.986	-405	(0,1)
Activo corrente	55.677	85.326	83.562	112.866	29.304	35,1
TOTAL	714.324	738.659	887.953	916.852	24.335	3,4
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio	365.046	373.491	488.027	506.108	18.080	3,7
Passivo não corrente	280.084	289.811	311.239	334.607	23.368	7,5
Passivo corrente	69.194	75.357	88.687	76.138	-12.550	(14,2)
TOTAL	714.324	738.659	887.953	916.852	28.899	3,3

- Impacto no activo não corrente da adopção do normativo IFRS de aproximadamente 151 milhões de Euros
- Conversão para IFRS com impacto de 115 milhões de Euros na Situação Líquida
- No final do ano, o capital próprio era de 506,1 milhões de Euros, mais 3,6% do que no final de 2009. O valor a 31 de Dezembro de 2010 está influenciado pelos resultados líquidos do exercício no montante de 45,9 milhões de Euros
- O activo corrente registou um aumento de 35,1%, ou cerca de 29,3 milhões de Euros, devido ao aumento da liquidez, gerida de modo a otimizar o retorno para a empresa, com a aplicação de excedentes financeiros de curto prazo

Endividamento de Médio e Longo Prazo (10⁶ EUR)

- Os investimentos realizados pela EPAL nos últimos anos têm sido financiados pela contratação de empréstimos junto do BEI, num máximo de 50% do custo dos investimentos, estando em curso o Contrato de Financiamento EPAL III que teve início em Janeiro de 2002, ao abrigo do qual a EPAL efectuou desembolsos de 185,0 milhões de Euros, correspondentes à totalidade do crédito contratado
- No final de 2010, o endividamento de médio e longo prazo da empresa era de 239,3 milhões de Euros

■ A EPAL terminou o ano de 2010 com uma sólida situação financeira, facto atestado pelos indicadores financeiros no quadro seguinte

Indicadores Financeiros	2008 POC	2009 POC	2009 IFRS	2010 IFRS	VAR. 10/09 %
Autonomia Financeira	51%	51%	55%	55%	0,4
Liquidez Geral	0,80	1,13	0,94	1,48	57,3
Solvabilidade	1,05	1,02	1,22	1,23	1,0
Fundo de Maneio (10 ³ EUR)	(13.517)	9.969	(5.125)	36.728	-

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo total

Liquidez Geral = Activo Corrente / Passivo Corrente

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo total

Fundo de Maneio = Activo corrente - Passivo corrente

Fundo de pensões

■ Existência de dois Planos de Pensões, mutuamente exclusivos, do ponto de vista dos colaboradores:

- Plano de Benefício Definido
- Plano de Contribuição Definida

■ O Fundo de Pensões compreende dois sub-fundos:

- O afecto ao Plano de Benefício Definido, que ascende a 36,3 Milhões de EUR
- O afecto ao Plano de Contribuição Definida, que ascende a 14,7 Milhões EUR

■ Entre 2005 e 2010, a EPAL realizou contribuições num total de 16,5 milhões de Euros para o Fundo de Pensões

■ No final de 2010, o nível de financiamento das responsabilidades, segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP, ascendia a cerca de 123%

Empresas participadas

A EPAL detém as seguintes participações financeiras:

Clube de Golfe das Amoreiras	100,0%	350.000 Euros
Fundec		1.500 Euros

Clube de Golfe das Amoreiras, SA

- Tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras
- O seu capital social é de 350.000 Euros
- Sem actividade nos últimos anos pela pendência de acções em tribunais arbitrais que condicionou a realização do seu objecto social



Perspectivas futuras

O futuro próximo apresenta-se com a incerteza própria dos tempos de crise, avolumando a dimensão dos desafios da empresa na criação de valor para clientes e accionistas, numa lógica de sustentabilidade ambiental e social.

Para responder aos novos desafios da gestão de sistemas de abastecimento de água, a EPAL irá consolidar um novo paradigma na definição dos seus objectivos estratégicos baseado na Eficiência, na Adaptação e na Governação do ciclo urbano da água.

O impacto das alterações climáticas, a garantia da qualidade da água e a protecção da saúde humana, a análise de risco e de criticidade das infraestruturas, a segurança no abastecimento de água, o desafio da eficiência energética, estão na base do plano de investimentos para os próximos anos e do desenvolvimento de actividades e parcerias para a inovação.

A remodelação da Estação Elevatória de Valada e a reformulação tecnológica da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, a reabilitação do aqueduto Tejo e do aqueduto Alviela, a centralização de funções no recinto dos Olivais, são os projectos mais significativos e representam uma aposta no futuro da empresa e na sua modernização.

Igualmente o desenvolvimento de parcerias ao nível nacional e internacional em projectos de investigação, inovação ou de benchmarking afigura-se como o passo necessário e indispensável para melhorar a capacidade de gestão técnica e operacional da empresa, para analisar e reflectir sobre as suas práticas, produzir e endogeneizar novos conhecimentos e assumir novas atitudes.

Desafio estrutural do sector dos serviços de abastecimento de água em Portugal é o da sua governação em função da eficiência na utilização dos recursos e maximização da utilidade para os seus clientes. A EPAL não desistirá de pugnar pela gestão integrada do ciclo urbano da água na região de Lisboa, procurando sensibilizar a tutela e o accionista para essa evidência.

A empresa continuará a orientar-se por objectivos de desenvolvimento e consolidação, através da melhoria da qualidade de serviço, melhoria na eficiência das operações e melhoria das condições de trabalho e criação de emprego. Será a melhor maneira de, solidariamente, a empresa dar a sua resposta à crise que o país atravessa.

A pair of hands is shown from a top-down perspective, gently cupping a small, delicate flower. The flower has light pink petals with vibrant purple or magenta streaks and a darker purple center. The hands are positioned over a dark green, blurred background that appears to be water, with several clear water droplets visible. The overall composition is soft and focused on the flower held in the palms.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o conselho de administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2010, no montante de **€ 45.887.091,77** (quarenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e noventa e um euro e setenta e sete cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

€ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de euros)
para distribuição de dividendos aos Accionistas

€ 21.887.091,77 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e noventa e um euro e setenta e sete cêntimos)
para Resultados Transitados

Considerações Finais



A consciência de que cada um de nós é um elemento de vida nas cidades dos homens confronta-nos com a nossa natureza social, com a relevância da interdependência humana. Os sucessos da EPAL são pois, naturalmente, fruto dessa interdependência e, enquanto tal, importa reconhecer os diversos contributos que os tornaram possíveis.

O interesse demonstrado no acompanhamento das principais actividades da empresa por parte dos membros da Tutela Governamental.

A proximidade e assiduidade com que o Accionista acompanhou os negócios da empresa.

A acessibilidade e bom relacionamento das entidades e serviços da Administração Pública nos contactos mantidos.

O bom conselho e orientação assegurados pelas entidades reguladoras.

A confiança e o papel assumidos pelas instituições bancárias e seguradoras na estabilidade e solidez da situação económica e financeira da empresa.

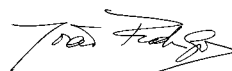
A qualidade e diligência da resposta dos fornecedores e prestadores de serviços às necessidades da EPAL.

O bom conselho e orientação que prestaram à empresa os titulares dos órgãos sociais.

A dedicação e empenho postos pelos trabalhadores da empresa no desempenho das suas funções.

As expectativas, os contactos e a confiança dos clientes.

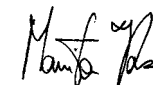
A todos o nosso apreço e agradecimento.



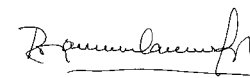
João Manuel Lopes Fidalgo



António Bento Franco



José Alfredo Manita Vaz



Rui Manuel de Carvalho Godinho



Contas

Demonstrações da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

O Anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010.

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	786.602.555,19	785.647.823,10
Propriedades de investimento	7	1.241.048,81	1.341.562,07
Activos intangíveis	8	-	21.300,28
Investimentos em subsidiárias	9	-	-
Outros activos financeiros	10	110.230,68	110.230,68
Activos por impostos diferidos	11	6.948.800,06	7.133.610,86
Outros activos não correntes	12	9.083.744,76	10.136.790,56
Total do activo não corrente		803.986.379,50	804.391.317,55
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	13	1.126.484,91	1.245.136,62
Clientes	14	19.699.286,56	13.866.077,25
Outras contas a receber	14	11.131.533,34	12.635.345,49
Diferimentos	15	919.742,06	738.119,68
Outros activos financeiros	4 e 10	76.800.000,00	50.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	3.188.762,43	5.077.178,43
Total do activo corrente		112.865.809,30	83.561.857,47
Total do activo		916.852.188,80	887.953.175,02
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	16	150.000.000,00	150.000.000,00
Reservas legais	16	30.000.000,00	30.000.000,00
Outras reservas	16	22.171.377,45	22.171.377,45
Resultados transitados		61.567.109,16	46.234.506,70
Resultados transitados - não distribuíveis	16	196.486.326,78	206.889.892,74
Outras variações no capital próprio		(4.063,81)	(4.063,81)
		460.220.749,57	455.291.713,08
Resultado líquido do período		45.887.091,77	32.735.676,26
Total do capital próprio		506.107.841,34	488.027.389,34
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	239.327.893,58	213.344.536,10
Subsídios ao investimento	18	36.439.298,46	38.225.867,31
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	12.640.737,98	15.602.125,96
Passivos por impostos diferidos	11	46.198.852,89	44.066.044,69
Total do passivo não corrente		334.606.782,91	311.238.574,06
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	20	2.035.944,91	12.950.415,28
Fornecedores	17	30.901.509,21	33.558.883,68
Estado e outros entes públicos	21	4.604.838,41	9.886.382,31
Financiamentos obtidos	17	12.804.797,84	9.725.934,37
Outras contas a pagar	17	25.790.474,18	22.565.595,98
Total do passivo corrente		76.137.564,55	88.687.211,62
Total do passivo		410.744.347,46	399.925.785,68
Total do capital próprio e do passivo		916.852.188,80	887.953.175,02

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2010.

	Notas	2010	2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	22	147.454.718,70	149.068.299,24
Subsídios ao investimento	18	1.872.600,85	1.871.704,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(2.810.388,27)	(2.735.572,43)
Fornecimentos e serviços externos	23	(39.231.068,07)	(37.790.123,07)
Gastos com o pessoal	24	(31.651.741,35)	(36.610.986,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14	(296.398,20)	(70.250,33)
Provisões (aumentos / reduções)	20	10.943.493,41	(1.857.084,74)
Outros rendimentos e ganhos	25	2.397.476,44	2.035.486,51
Outros gastos e perdas	26	(1.727.961,79)	(1.682.689,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		86.950.731,72	72.228.783,52
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	27	(23.534.083,78)	(23.457.573,81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		63.416.647,94	48.771.209,71
Juros e rendimentos similares obtidos	28	1.459.308,53	1.618.225,68
Juros e gastos similares suportados	28	(4.346.653,34)	(5.372.633,53)
Resultado antes de impostos		60.529.303,13	45.016.801,86
Imposto sobre o rendimento do período	11	(14.642.211,36)	(12.281.125,60)
Resultado líquido do período		45.887.091,77	32.735.676,26
Resultado por acção básico		1,53	1,09

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

Demonstrações do Rendimento Integral dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

O Anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do período findo em 31 de Dezembro de 2010.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Resultado líquido do exercício		45.887.091,77	27.117.235,99
Ajustamentos por impostos diferidos		(3.761.277,09)	-
Outras alterações	8	(21.300,28)	-
Total do rendimento integral do exercício		42.104.514,40	27.117.235,99

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados transitados não distribuíveis	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2009		150.000.000,00	29.664.223,00	123.670.092,74	35.040.672,99	-	(4.063,81)	26.675.351,00	365.046.275,92
Alterações no período:									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2	-	-	(101.498.715,29)	3.527.005,71	206.889.892,74	-	5.618.440,27	114.536.623,43
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:									
Aplicação do resultado		-	335.777,00	-	26.339.574,00	-	-	(26.675.351,00)	-
		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	64.907.252,70	206.889.892,74	(4.063,81)	5.618.440,27	479.582.899,35
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	27.117.235,99	27.117.235,99
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições de dividendos		-	-	-	(18.672.746,00)	-	-	-	(18.672.746,00)
		-	-	-	(18.672.746,00)	-	-	-	(18.672.746,00)
Posição no fim do período 2009		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	46.234.506,70	206.889.892,74	(4.063,81)	32.735.676,26	488.027.389,34
Posição no início do período 2010		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	46.234.506,70	206.889.892,74	(4.063,81)	32.735.676,26	488.027.389,34
Alterações no período:									
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(3.761.277,09)	-	-	(3.761.277,09)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:									
Aplicação do resultado		-	-	-	39.377.965,13	(6.642.288,87)	-	(32.735.676,26)	-
Outras alterações	8	-	-	-	(21.300,28)	-	-	-	(21.300,28)
		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	85.591.171,55	196.486.326,78	(4.063,81)	-	484.244.811,97
Resultado líquido do período								45.887.091,77	45.887.091,77
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições de dividendos		-	-	-	(24.024.062,39)	-	-	-	(24.024.062,39)
		-	-	-	(24.024.062,39)	-	-	-	(24.024.062,39)
Posição no fim do período 2010		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	61.567.109,16	196.486.326,78	(4.063,81)	45.887.091,77	506.107.841,35

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		182.011.428,65	189.193.829,91
Pagamentos a fornecedores		(52.075.262,15)	(44.289.648,96)
Pagamentos ao pessoal		(35.566.793,90)	(36.277.001,54)
	Caixa gerada pelas operações	<u>94.369.372,60</u>	<u>108.627.179,41</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(15.276.556,53)	(7.322.560,11)
Outros recebimentos / pagamentos		(23.932.464,41)	(25.130.695,20)
	Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>55.160.351,67</u>	<u>76.173.924,10</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(32.634.816,94)	(34.748.317,18)
Investimentos financeiros		-	(10.000,00)
Outros activos	4	(46.000.000,00)	-
		<u>(78.634.816,94)</u>	<u>(44.748.317,18)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		309.439,42	1.397.631,45
Investimentos financeiros		-	1.371,00
Juros e rendimentos similares		1.376.791,55	2.627.495,82
	Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>1.686.230,97</u>	<u>4.396.502,27</u>
		<u>(76.948.585,97)</u>	<u>(32.130.821,36)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		50.000.000,00	20.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(20.937.779,05)	(8.100.934,40)
Juros e gastos similares		(4.338.340,26)	(5.712.741,79)
Dividendos	16	(24.024.062,39)	(32.486.421,90)
	Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>699.818,30</u>	<u>(12.486.421,90)</u>
		<u>(21.088.416,00)</u>	<u>31.556.680,84</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		33.871.735,67	44.043.102,84
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	55.077.178,43	23.520.497,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	33.988.762,43	55.077.178,43

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2010.



Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

1.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Actividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária), o abastecimento em “alta” a 18 municípios e a duas empresas multimunicipais que abastecem com água da EPAL mais 15 municípios.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral das Actividades Económicas.

No decurso do exercício de 2009 a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional um contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público

na albufeira de Castelo do Bode, de modo a dar cumprimento à Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, onde na sua alínea a) do artigo 61.º indica que a utilização privativa de recursos hídricos do domínio público está sujeita a prévia concessão. De acordo com o contrato celebrado, a concessão que se inicia em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos, sendo que os activos que estão incluídos no contrato de concessão já existiam à data da celebração do referido contrato e encontravam-se escriturados no balanço da Empresa. Tal contrato, não define o enquadramento remuneratório no que respeita à exploração dos activos abrangidos pela concessão, pelo que, por este motivo, não é aplicável a esta concessão a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços.

1.3 Accionistas

À data de 31 de Dezembro de 2010, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 25 de Fevereiro de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adoptadas pela União Europeia (conjuntamente designadas por "IAS/IFRS") aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Adopção pela primeira vez das IAS/IFRS

A Empresa adoptou os IAS/IFRS pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, o IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards. Os IAS/IFRS foram aplicados retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009 e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pelo IFRS 1.

A Empresa alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade – "POC"), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010.

A reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

Rubrica	Em 1-1-2009 (data da transição)	Em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	365.046.275,92	373.490.765,91
<i>Actualização financeira de dívidas a receber não correntes</i>	(3.450.952,60)	(3.123.524,62)
<i>Efeito decorrente do acerto da base de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento e da sua reavaliação à data de transição ("Deemed Cost") (Nota 6)</i>	146.234.066,87	146.234.066,87
<i>Efeito nas depreciações da revalorização e da reavaliação das vidas úteis dos activos fixos tangíveis</i>	-	7.331.067,52
<i>Gratificações de balanço atribuídas em 2009</i>	-	(381.450,00)
	142.783.114,27	150.060.159,77
<i>Efeito fiscal</i>	(33.864.931,11)	(35.523.536,34)
Ajustamento total ao capital próprio	108.918.183,16	114.536.623,43
Capital próprio de acordo com as IAS/IFRS	473.964.459,08	488.027.389,34

Os efeitos na demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras expressas em conformidade com as IAS/IFRS, detalham-se como se segue:

31.12.2009

	Actualização POC	dívidas não correntes	Reavaliação de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento para efeitos de opção pelo "Deemed cost"	Gratificações de balanço	Reclassificações de conversão para IAS/IFRS	Efeito nas depreciações e da revalorização e da revisão das vidas úteis dos activos fixos tangíveis	IAS/IFRS
ACTIVO NÃO CORRENTE							
Activos fixos tangíveis	633.424.250,78	-	144.892.504,80	-	-	7.331.067,52	785.647.823,10
Propriedades de investimento	-	-	1.341.562,07	-	-	-	1.341.562,07
Activos intangíveis	21.300,28	-	-	-	-	-	21.300,28
Participações financeiras	360.230,68	-	-	-	(250.000,00)	-	110.230,68
Activos por impostos diferidos	6.305.876,83	827.734,03	-	-	-	-	7.133.610,86
Outros activos não correntes	13.221.475,60	(3.123.524,62)	-	-	38.839,58	-	10.136.790,56
	653.333.134,17	(2.295.790,59)	146.234.066,87	-	(211.160,42)	7.331.067,52	804.391.317,55
ACTIVO CORRENTE							
Inventários	1.245.136,62	-	-	-	-	-	1.245.136,62
Clientes	22.981.152,00	-	-	-	(9.115.074,75)	-	13.866.077,25
Estado e outros entes públicos	1.744,44	-	-	-	(1.744,44)	-	-
Outras contas a receber	6.020.476,00	-	-	-	6.614.869,49	-	12.635.345,49
Diferimentos	-	-	-	-	738.119,68	-	738.119,68
Outros activos financeiros	50.000.000,00	-	-	-	-	-	50.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	5.077.178,43	-	-	-	-	-	5.077.178,43
	85.325.687,49	-	-	-	(1.763.830,02)	-	83.561.857,47
Total do activo	738.658.821,66	(2.295.790,59)	146.234.066,87	-	(1.974.990,44)	7.331.067,52	887.953.175,02

31.12.2009

	POC	Actualização dívidas não correntes	Reavaliação de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento para efeitos de opção pelo "Deemed cost"	Gratificações de balanço	Reclassificações de conversão para IAS/IFRS	Efeito nas depreciações da reavaliação e da revisão das vidas úteis dos activos fixos tangíveis	IAS/IFRS
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	150.000.000,00	-	-	-	-	-	150.000.000,00
Ajustamentos partes de capital	(4.063,81)	-	-	-	4.063,81	-	-
Reservas reavaliação	97.647.013,29	-	-	-	(97.647.013,29)	-	-
Reservas legais	30.000.000,00	-	-	-	-	-	30.000.000,00
Reservas livres	22.171.377,45	-	-	-	-	-	22.171.377,45
Resultados transitados	46.559.202,99	-	-	-	(324.696,29)	-	46.234.506,70
Resultados transitados - não distribuíveis	-	(2.536.450,16)	111.454.633,32	-	97.971.709,58	-	206.889.892,74
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-	(4.063,81)	-	(4.063,81)
Resultado líquido do período	27.117.235,99	240.659,57	-	(381.450,00)	-	5.759.230,70	32.735.676,26
Total do capital próprio	373.490.765,91	(2.295.790,59)	111.454.633,32	(381.450,00)	-	5.759.230,70	488.027.389,34
PASSIVO							
PASSIVO NÃO CORRENTE							
PASSIVO NÃO CORRENTE	213.344.536,10	-	-	-	-	-	213.344.536,10
Financiamentos obtidos	38.225.867,31	-	-	-	-	-	38.225.867,31
Subsídios ao investimento	15.602.125,96	-	-	-	-	-	15.602.125,96
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	7.714.774,32	-	34.779.433,55	-	-	1.571.836,82	44.066.044,69
Passivos por impostos diferidos	14.923.661,28	-	-	-	(14.923.661,28)	-	-
Provisões	289.810.964,97	-	34.779.433,55	-	(14.923.661,28)	1.571.836,82	311.238.574,06
PASSIVO CORRENTE							
PASSIVO CORRENTE	-	-	-	-	12.950.415,28	-	12.950.415,28
Provisões	-	-	-	-	12.950.415,28	-	12.950.415,28
Fornecedores	37.926.209,66	-	-	-	(4.367.325,98)	-	33.558.883,68
Estado e outros entes públicos	9.888.126,75	-	-	-	(1.744,44)	-	9.886.382,31
Financiamentos obtidos	9.725.934,37	-	-	-	-	-	9.725.934,37
Outras contas a pagar	17.816.820,00	-	-	381.450,00	4.367.325,98	-	22.565.595,98
	75.357.090,78	-	-	381.450,00	12.948.670,84	-	88.687.211,62
Total do passivo	365.168.055,75	-	34.779.433,55	381.450,00	(1.974.990,44)	1.571.836,82	399.925.785,68
Total do capital próprio e do passivo	738.658.821,66	(2.295.790,59)	146.234.066,87	-	(1.974.990,44)	7.331.067,52	887.953.175,02

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

Exercício findo em 31-12-2009 (data do último relato em POC)

De acordo com o anterior referencial contabilístico	27.117.235,99
<i>Juro anual relativo a dívidas a receber não correntes</i>	327.427,98
<i>Efeito decorrente do acerto da base de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento pela sua reavaliação à data de transição ("Deemed Cost")</i>	7.331.067,52
<i>Gratificações de balanço atribuídas em 2009</i>	(381.450,00)
	7.277.045,50
Efeito fiscal	(1.658.605,23)
Efeito total	5.618.440,27
De acordo com as IAS/IFRS	32.735.676,26

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como se segue:

	31.12.2009						
	POC	Actualização dívidas não correntes	Reavaliação de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento para efeitos de opção pelo "Deemed cost"	Gratificações de balanço	Reclassificações de conversão para IAS/IFRS	Efeito nas depreciações e da revisão das vidas úteis dos activos fixos tangíveis	IAS/IFRS
Rendimentos e Ganhos							
Vendas e serviços prestados	149.068.299,24	-	-	-	-	-	149.068.299,24
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	1.871.704,68	-	1.871.704,68
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.753.673,42)	-	-	-	18.100,99	-	(2.735.572,43)
Fornecimentos e serviços externos	(37.790.123,07)	-	-	-	-	-	(37.790.123,07)
Gastos com o pessoal	(36.229.536,41)	-	-	(381.450,00)	-	-	(36.610.986,41)
Imparidades de dívidas a receber (perdas) / reversões	-	-	-	-	(70.250,33)	-	(70.250,33)
Provisões (aumentos) / reduções	(2.274.592,12)	-	-	-	417.507,38	-	(1.857.084,74)
Amortizações e ajustamentos do exercício	(31.181.005,32)	-	-	-	31.181.005,32	-	-
Trabalhos para a própria entidade	18.100,99	-	-	-	(18.100,99)	-	-
Proveitos suplementares	1.705.051,48	-	-	-	(1.705.051,48)	-	-
Outros rendimentos e ganhos	426.827,04	-	-	-	1.608.659,47	-	2.035.486,51
Outros gastos e perdas	(1.194.291,80)	-	-	-	(488.398,13)	-	(1.682.689,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	39.795.056,61	-	-	(381.450,00)	32.815.176,91	-	72.228.783,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	(30.788.641,33)	7.331.067,52	(23.457.573,81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	39.795.056,61	-	-	(381.450,00)	2.026.535,58	7.331.067,52	48.771.209,71
Juros e rendimentos similares obtidos	1.292.512,97	327.427,98	-	-	(1.715,27)	-	1.618.225,68
Juros e gastos similares suportados	(5.558.694,97)	-	-	-	186.061,44	-	(5.372.633,53)
Resultados extraordinários	2.215.418,79	-	-	-	(2.215.418,79)	-	-
Resultado antes de impostos	37.744.293,40	327.427,98	-	(381.450,00)	(4.537,04)	7.331.067,52	45.016.801,86
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10.627.057,41)	(86.768,41)	-	-	4.537,04	(1.571.836,82)	(12.281.125,60)
Resultado líquido do exercício	27.117.235,99	240.659,57	-	(381.450,00)	-	5.759.230,70	32.735.676,26

Os principais efeitos (ajustamentos) de reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 detalham-se como segue:

- Decorrente da adopção das IAS/IFRS, a Empresa solicitou a uma entidade especializada a avaliação dos seus activos fixos tangíveis para fins da opção da sua valorização pelo custo considerado ("Deemed Cost") na data de transição, nos termos previstos na IFRS 1 – Adopção das IFRS pela primeira vez. O efeito da revalorização dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2009, ascendeu a 146.234.067 Euros (sem considerar o efeito fiscal).
- A Empresa procedeu a re-análise do período de vida útil dos seus activos fixos tangíveis, tendo procedido à sua alteração prospectiva com efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.
- Decorrente da adopção das IAS/IFRS, a Empresa procedeu ao registo, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, da actualização financeira das dívidas a médio e longo prazo das entidades Águas do Oeste e Município de Sintra.
- Decorrente da adopção das IAS/IFRS, a Empresa passou a registar a atribuição de lucros ao pessoal como gasto do exercício a que respeita.
- No anterior normativo contabilístico, a Empresa encontrava-se a depreciar os seus activos fixos tangíveis pelo método das quotas constantes anuais. Decorrente da adopção das IAS/IFRS, a Empresa passou a registar as depreciações atendendo ao mês a que os bens se tornam disponíveis para uso. Esta alteração foi registada apenas para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2009, por se revelar impraticável a correcção retrospectiva deste assunto.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2010. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

Apesar de as demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009, apresentadas e aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas, terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal ("POC"), a Empresa apresenta pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo observado as disposições previstas na IFRS 1 – Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), na preparação das demonstrações financeiras anexas. Ao abrigo desta disposição contabilística, a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas por forma a estarem de acordo com os IFRS.

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.
IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10	Esta emenda vem contemplar um conjunto adicional de isenções na aplicação retrospectiva, nomeadamente ao nível de activos resultantes da exploração de recursos minerais, de responsabilidades de descomissionamento e da aplicação dos requisitos da IFRIC 4.
IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

Estas normas, interpretações, emendas e revisões foram aplicadas pela primeira vez em 2010, quando aplicáveis à Empresa, não tendo as mesmas representado im demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRS 1 – Emenda (Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez)	1-Jul-10	Esta emenda vem simplificar as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adopção pela primeira vez das IFRS.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRIC 14 – Emenda (Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo)	1-Jan-11	Esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adoptar, os quais afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.19.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos activos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efectuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de Janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS. Os activos fixos adquiridos após 1 de Janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Na data de transição para os IAS/IFRS, o custo considerado para Terrenos e Edifícios resultou de uma revalorização ao justo valor realizada (Nota 6).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outras activos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis que não se destinam ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efectuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de Janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

A Empresa segue o procedimento de obter, anualmente, avaliações de entidades independentes e especializadas com vista a aferir o valor de recuperação das propriedades de investimento, líquidas de amortizações acumuladas. Sempre que se identifique uma perda de imparidade a mesma é registada em conformidade.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações. As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos activos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.6 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização até que este excedente seja totalmente

consumido, sendo o excesso (a existir) registado como um custo do exercício.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade estimadas.

No que respeita a investimentos financeiros em subsidiárias (controlo efectivo acima de 50%), sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

Nos termos do N.º 3 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 158/09, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, atendendo ao facto que a sua “Empresa-mãe” (AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.), com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º3, em Lisboa, possui indirectamente a totalidade das acções da Empresa e apresenta contas consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e as da sua subsidiária.

3.8 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Essas existências estão valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da actividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.9 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

São mensurados ao “custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem, cumulativamente, as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Títulos e outras aplicações financeiras

Os investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

b) Investimentos financeiros em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras detidas pela Empresa e que não se qualificam como participações em subsidiárias, são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, na medida que dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (acções não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças

entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.11 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de imobilizações corpóreas são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos activos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

3.12 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa, e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada activo integrante no plano.

Planos de benefício definido

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projectada.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios de complemento de pensão reconhecidos na demonstração da posição financeira representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas actuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos activos do plano.

Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por actuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos de acordo com o método do "corredor".

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são facturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que,

para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecido uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e facturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

A Empresa considera que os encargos financeiros incorridos na aquisição e/ou construção dos seus activos fixos, não são susceptíveis de serem capitalizados, dado que os mesmos são incorridos após a conclusão destes activos, sendo a compra/construção destes activos é financiada por capitais próprios.

Deste modo, os encargos financeiros incorridos por conta dos empréstimos contraídos pela Empresa são registados como gasto do exercício em que são incorridos.

3.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.17 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são actualizados às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.18 Políticas de gestão do risco financeiro

Factores do risco financeiro

As actividades da EPAL estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Dado que a Empresa não possui activos com remuneração significativa, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro da Empresa advém essencialmente da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com

juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2010 e 2009 tivesse sido 1% acima/abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 seria como segue:

	2010	2009
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 28)	4.345.596,06	5.370.340,27
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	(1.271.406,64)	(1.281.632,30)
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado	1.119.785,42	1.281.632,30

3.19 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação

das demonstrações financeiras, sobre os eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de activos fixos tangíveis;
- c) Registo de perdas de imparidade relativas a activos financeiros e registo de provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros;
- d) Pressupostos actuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego; e
- e) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos.

3.20 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da elaboração da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da elaboração da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da elaboração da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro 2010 detalha-se conforme segue:

	2010	2009
Numerário	34.786,81	33.953,70
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.153.975,62	5.043.224,73
	3.188.762,43	5.077.178,43
Depósitos a prazo	30.800.000,00	50.000.000,00
	33.988.762,43	55.077.178,43

Em 31 de Dezembro de 2010, os depósitos a prazo da Empresa ascendiam a 76.800.000 Euros (Nota 10), do qual o montante de 30.800.000,00 Euros foi considerado como equivalente de caixa por apresentar um período de vencimento inferior a 3 meses.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com excepção do referido na Nota 2, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

Derivado da transição para as IFRS, foram reclassificadas as amortizações da rubrica “Activos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções” no montante de 1.008.970 Euros, para a rubrica “Propriedades de investimento” (Nota 7), relativas às amortizações de tais activos até 31 de Dezembro de 2008. Relativamente ao montante bruto de tais propriedades de investimento, foi transferido o valor de 2.451.045 Euros (Nota 7).

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e electricidade, obras hidráulicas e contadores. No final dos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Equipamento básico” incluía activos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição.

As aquisições ocorridas no exercício de 2010 nos activos fixos tangíveis, ascenderam a aproximadamente 24,5 milhões de Euros, e respeitam, essencialmente, aos projectos do novo laboratório central, substituição de condutas e ramais, remodelação da Estação Elevatória dos Olivais.

Quanto à redução da rubrica “Activos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2010, no montante de, aproximadamente, 28,8 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão no decurso do exercício de 2010, do novo laboratório central, no montante de 15,4 milhões de Euros, de alguns troços do projecto de remodelação de condutas e ramais, no montante de, aproximadamente, 5 milhões de Euros e à renovação da rede de distribuição, no montante de 3,3 milhões de Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Activos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, aos projectos da Estação Elevatória dos Olivais, ampliação do adutor de Castelo de Bode, reabilitação do reservatório de Vila Franca de Xira e a diversos processos de titularidade de terrenos.

As aquisições ocorridas no exercício de 2009 nos activos fixos tangíveis, ascenderam a aproximadamente 26,8 milhões de Euros, e respeitam, essencialmente, a obras de ampliação do Sistema de Castelo de Bode,

à renovação de condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa, à reabilitação da Estação Elevatória dos Olivais e à construção das novas instalações do Laboratório Central.

A redução da rubrica “Activos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2009, no montante de, aproximadamente, 21,9 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão, no decurso do exercício de 2009, de parte das obras relacionadas com a ampliação do Sistema de Castelo de Bode, à renovação das condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa, ao projecto de macro medição da área de Negócio de Produção, a grandes obras de reabilitação do Aqueduto Tejo, implementação de Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC’s) na rede de Lisboa e optimização do consumo energético.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Activos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, a obras na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira, ao reforço de capacidade do adutor de Castelo de Bode, à renovação de condutas de distribuição na zona de Lisboa, à reabilitação da Estação Elevatória dos Olivais e sifões e túneis do Aqueduto Alviela, à construção das novas instalações do Laboratório Central, à remodelação do Museu da Água e a diversos processos de titularidade de terrenos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, tais seguros estabelecem como limite de indemnização os valores de 250 milhões de Euros para acidentes e catástrofes naturais e 25 milhões de Euros para actos de terrorismo.

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício de 2010, no montante de 23.433.570,52 Euros (23.357.060,55 Euros em 2009), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 27).

7. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2010			
	Propriedades de investimento			
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	-	-	2.451.045,23	2.451.045,23
Adições	-	-	-	-
Saldo final - quantia bruta	-	-	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(1.109.483,17)	(1.109.483,17)
Amortizações do exercício	-	-	(100.513,26)	(100.513,26)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(1.209.996,43)	(1.209.996,43)
Saldo final - quantia escriturada líquida	-	-	1.241.048,81	1.241.048,81
	2009			
Saldo inicial - quantia bruta	-	-	-	-
Ajustamentos de transição para IFRS (Nota 6)	-	-	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo final - quantia bruta	-	-	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Ajustamentos de transição para IFRS (Nota 6)	-	-	(1.008.969,91)	(1.008.969,91)
Amortizações do exercício	-	-	(100.513,26)	(100.513,26)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(1.109.483,17)	(1.109.483,17)
Saldo final - quantia escriturada líquida	-	-	1.341.562,07	1.341.562,07

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme segue:

	2010		2009	
	Montante registado	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Em desenvolvimento	1.241.048,81	1.241.048,81	1.341.562,07	1.341.562,07

O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, com referência a 31 de Dezembro de 2009. A Administração da Empresa entende que não existe variação significativa, com referência a 31 de Dezembro de 2010, relativamente ao valor das avaliações obtidas com referência a 31 de Dezembro de 2009.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2010		2009	
	Rendimento de rendas	Amortizações do exercício (Nota 27)	Perdas por imparidade	Resultado
Em desenvolvimento	-	(100.513,26)	-	(100.513,26)
	-	(100.513,26)	-	(100.513,26)

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas para tais activos, as quais se equiparam a "Edifícios e outras construções" e cujas vidas se encontram descritas na Nota 3.2.

8. Activos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa procedeu à anulação dos activos intangíveis que transitaram do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, no montante líquido de 21.300 Euros, por se estimar que os mesmos não gerarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

9. Investimentos em subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de "Investimentos em subsidiárias", deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Partes de capital em empresas subsidiárias	250.000,00	250.000,00
Perdas por imparidade acumuladas	(250.000,00)	(250.000,00)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em empresas subsidiárias:

Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% capital detida	Activo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Partes de capital em empresas do grupo a)	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31 de Dezembro de 2010	Valor Líquido em 31 de Dezembro de 2009
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	1.511.687,71	137.900,12	(50.670,62)	250.000,00	250.000,00	-	-

a) corresponde a prestações acessórias

A Empresa é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Em 1993, as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior e por iniciativa da Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., foi constituído, em 2006, novo Tribunal Arbitral para apuramento de eventuais responsabilidades. Em 2008, o referido Tribunal Arbitral proferiu acórdão unânime, entretanto transitado em julgado, que estabeleceu a indemnização devida, compreendendo esta um montante já liquidado e um valor sujeito pendente ainda de liquidação, o qual ainda se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras da EPAL em 31 de Dezembro de 2010.



10. Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de “Outros activos financeiros”, deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Não correntes:		
Partes de capital em empresas participadas	1.500,00	1.500,00
Títulos e outras aplicações financeiras	108,730.68	108,730.68
	110,230.68	110,230.68
Correntes:		
Depósitos a prazo (Nota 4)	76,800,000.00	50,000,000.00
	76,910,230.68	50,110,230.68

Empresas participadas

No final dos exercícios de 2010 e 2009, o montante registado na rubrica “Partes de capital em empresas participadas”, ascendendo a 1.500 Euros, correspondia a uma participação nos capitais da entidade FUNDEC.

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 108.731 Euros, correspondia em ambos os exercícios a valores cativos à ordem de tribunais (108.082 Euros) e obrigações do tesouro (649 Euros).

11. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 17).

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período (Nota 17)	15.574.467,75	11.213.011,09
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores (Nota 17)	629.002,85	-
Excesso/Insuficiência da estimativa do período anterior	(117.601,14)	(4.537,04)
	16.085.869,46	11.208.474,05
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(1.066.006,27)	1.072.651,55
Alterações na taxa de tributação	(377.651,83)	-
	(1.443.658,10)	1.072.651,55
Gasto com impostos sobre o rendimento	14.642.211,36	12.281.125,60

Os ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 629.002,85 Euros em 2010, correspondem ao efeito fiscal, apurado a partir de uma taxa de imposto de 29%, associado ao reconhecimento anual de 1/5 de variações patrimoniais positivas decorrentes do regime transitório aplicável à adopção pela primeira vez dos IAS/IFRS, regime esse previsto no artº 5º, nºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009 de 13 de Julho.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi ainda alterada a taxa de imposto aplicável à Empresa, de 26,5% para 29%, uma vez que a EPAL se encontra sujeita ao pagamento da Derrama Estadual, a qual corresponde à liquidação adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, tal como previsto na Lei 12-A/2010 de 30 de Junho.

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	2010	2009
Resultado antes de impostos do período	60.529.303,13	37.744.293,40
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 29% em 2010 e 26,5% em 2009	17.553.497,91	10.002.237,75
Diferenças permanentes:		
Reversão de provisões não dedutíveis fiscalmente	(2.832.272,17)	(277.165,18)
Outras	(16.566,24)	647.346,44
Diferenças temporárias:		
Alteração da taxa de imposto	(377.651,83)	-
Outras	224.443,00	1.658.605,23
Tributações autónomas	207.949,02	249.796,44
	14.759.399,68	12.280.820,68
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	(117.188,32)	304,92
Gasto com impostos sobre o rendimento	14.642.211,36	12.281.125,60

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2010	2009	2010	2009
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1.455.037,34	1.271.225,77	-	-
Em inventários	94.551,52	91.861,93	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	3.665.814,01	4.134.563,49	-	-
Provisões	464.000,00	397.500,00	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	449.473,33	410.725,63	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	819.923,86	827.734,04	-	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	-	7.903.233,52	7.665.939,83
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Activos amortizáveis	-	-	21.806.049,43	20.913.927,17
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	13.921.531,27	12.563.450,85
Mais valias reinvestidas	-	-	52.027,23	48.834,48
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	-	2.379.942,38	2.718.468,66
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	-	136.069,06	155.423,70
	6.948.800,06	7.133.610,86	46.198.852,89	44.066.044,69

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de Imposto prevista no Orçamento do Estado para 2010 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 2,5%, resultando numa taxa agregada de imposto de 29%.

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial - POC	7.133.610,86	44.066.044,69	6.177.904,92	8.172.756,09
Ajustamentos de transição para IFRS				
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	-	-	914.502,45	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações livres - Activos Amortizáveis	-	-	-	21.845.086,64
Reavaliações livres - Terrenos	-	-	-	12.934.346,92
Saldo inicial - IFRS	7.133.610,86	44.066.044,69	7.092.407,37	42.952.189,65
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	58.377,32	-	3.377,69	-
Em inventários	(5.461,54)	-	209,94	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	(784.767,81)	-	(10.765,73)	-
Provisões	26.500,00	-	135.150,00	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	-	-	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	(78.493,27)	-	(86.768,41)	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	(444.019,55)	-	(456.689,42)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Activos amortizáveis	-	(987.709,59)	-	(931.159,46)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	157.948,41	-	(370.896,07)
Mais valias reinvestidas	-	(1.292,36)	-	(1.292,36)
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	(543.693,73)	-	2.718.468,66
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	(31.084,73)	-	155.423,69
Efeito da alteração de taxa de imposto	599.034,50	221.382,64	-	-
	(184.810,80)	(1.628.468,90)	41.203,49	1.113.855,04
Efeito em resultados transitados:				
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	3.761.277,10	-	-
	-	3.761.277,10	-	-
Saldo final	6.948.800,06	46.198.852,89	7.133.610,86	44.066.044,69

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 3.761.277,10 Euros registado directamente em resultados transitados reporta ao efeito da alteração da taxa de imposto sobre diferenças temporárias registadas anteriormente em reserva, nomeadamente reavaliações legais e livres englobadas na base de "Deemed cost" dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento em 1 de Janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS.

12. Outros Activos Não Correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Outros activos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Outros devedores	9.083.744,76	10.136.790,56
	9.083.744,76	10.136.790,56

Esta rubrica é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos desta rubrica, nos montantes de 9.083.744 Euros (líquido da actualização da dívida no montante de 2.827.324 Euros) e 10.136.790 Euros (líquido da actualização da dívida no montante de 3.123.525 Euros), respectivamente, correspondem a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem, essencialmente: (i) a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer / Torres Vedras e Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual no prazo de 27 anos; e (ii) a dívida resultante da alienação de activos fixos relacionados com o Adutor de Alto Carenque / Mercês.

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima (ou seja, não considerando o efeito de desconto) discrimina-se como segue:

	2010	2009
2011	-	1.394,242
2012	1.394.242	1.394.242
2013	501.094	501.094
> 2013	10.015.732	9.970.737
	11.911.068	13.260.315
Efeito de desconto da dívida	(2.827.324)	(3.123.525)
	9.083.744.38	10.136.790.38

13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme segue:

	2010			2009		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	265.089,72	(265.089,72)	-	285.698,74	(285.698,80)	(0,06)
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.187.434,91	(60.950,00)	1.126.484,91	1.306.086,68	(60.950,00)	1.245.136,68
	1.452.524,63	(326.039,72)	1.126.484,91	1.591.785,42	(346.648,80)	1.245.136,62

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme segue:

	2010		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	285.698,74	1.306.086,68	1.591.785,42
Compras	-	2.697.749,07	2.697.749,07
Regularizações	(20.609,02)	(6.012,57)	(26.621,59)
Saldo final	(265.089,72)	(1.187.434,91)	(1.452.524,63)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	2.810.388,27	2.810.388,27

	2009		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	306.379,80	1.295.523,95	1.601.903,75
Compras	-	2.749.919,49	2.749.919,49
Regularizações	(20.681,06)	(3.784,33)	(24.465,39)
Saldo final	(285.698,74)	(1.306.086,68)	(1.591.785,42)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	2.735.572,43	2.735.572,43

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	285.698,80	-	(20.609,08)	265.089,72
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	60.950,00	-	-	60.950,00
	346.648,80	-	(20.609,08)	326.039,72
	2009			
Mercadorias	284.906,56	792,24	-	285.698,80
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	60.950,00	-	-	60.950,00
	345.856,56	792,24	-	346.648,80

14. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	23.584.367,14	(3.885.080,58)	19.699.286,56	17.482.666,84	(3.616.589,59)	13.866.077,25
	23.584.367,14	(3.885.080,58)	19.699.286,56	17.482.666,84	(3.616.589,59)	13.866.077,25
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	1.082.982,92	-	1.082.982,92
Pessoal	26.845,81	-	26.845,81	26.877,39	-	26.877,39
Clube de Golfe das Amoreiras	1.373.245,78	(1.373.245,78)	-	1.363.245,78	(1.363.245,78)	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.945.055,53	-	8.945.055,53	9.511.304,63	-	9.511.304,63
Outros devedores	2.574.668,70	(415.036,70)	2.159.632,00	2.411.310,40	(397.129,85)	2.014.180,55
	12.919.815,82	(1.788.282,48)	11.131.533,34	14.395.721,12	(1.760.375,63)	12.635.345,49
	36.504.182,96	(5.673.363,06)	30.830.819,90	31.878.387,96	(5.376.965,22)	26.501.422,74

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 296.398,20 Euros (70.250,33 Euros em 2009).

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	Não vencido	> 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	> 120 dias	Total
Clientes	11.326.226,24	2.116.967,48	2.148.057,98	7.993.115,44	-	23.584.367,14
Outros devedores	287.455,79	452.832,19	37.243,64	37.956,72	1.759.180,36	2.574.668,70
	11.613.682,03	2.569.799,67	2.185.301,62	8.031.072,16	1.759.180,36	26.159.035,84

15. Diferimentos Activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Gastos diferidos com seguros	853.194,10	652.339,88
Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica	49.159,70	62.283,23
Outros gastos diferidos	17.388,26	23.496,57
	919.742,06	738.119,68

16. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 acções com o valor nominal de cinco Euros, cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2010 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 Euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 Euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os períodos económicos.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 atribuídos aos accionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 31 de Março de 2010, a 24.024.062,39 Euros. O seu pagamento ocorreu em 8 de Junho de 2010.

Relativamente aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 24.000.000,00 Euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos accionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de activos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha no seu capital próprio o montante não distribuível de 196.486.326,78 Euros (206.889.892,74 em 2009) referente a incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento (ver abaixo).

Reavaliações englobadas na data de transição no “Deemed cost”

Os activos fixos tangíveis e as propriedades de investimento foram reavaliados, em anos anteriores, ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

Adicionalmente, e decorrente da adopção das IAS/IFRS, a Empresa solicitou a uma entidade especializada a avaliação dos seus activos fixos tangíveis e propriedades de investimento com referência à data de transição para as IFRS, para fins da adopção do “Deemed cost” para a mensuração daqueles activos, tal como preconizado na IFRS 1 – Adopção das IFRS pela primeira vez.

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos activos fixos tangíveis e as propriedades de investimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e correspondente incremento por via das reavaliações atrás indicadas (legais e livres), líquidas de amortizações acumuladas, é o que segue:

	2010							Reservas acumuladas não distribuíveis
	Terrenos	Imposto diferido	Subtotal	Activos amortizáveis	Imposto diferido	Subtotal	Total	
Custos históricos, líquidos	16.769.063	-	16.769.063	462.620.661	-	462.620.661	479.389.724	-
Reavaliações legais, líquidas	32.992.766	-	32.992.766	68.131.323	(7.903.234)	60.228.090	93.220.856	93.220.856
Reavaliações livres, líquidas	63.799.778	(13.921.531)	49.878.246	75.193.274	(21.806.049)	53.387.224	103.265.471	103.265.471
Deemed cost, líquido	113.561.606	(13.921.531)	99.640.075	605.945.258	(29.709.283)	576.235.975	675.876.051	196.486.327
	2009							
Custos históricos, líquidos	16.769.063	-	16.769.063	475.491.362	-	475.491.362	492.260.425	-
Reavaliações legais, líquidas	32.992.766	-	32.992.766	72.320.187	(7.665.940)	64.654.247	97.647.013	97.647.013
Reavaliações livres, líquidas	63.799.778	(12.563.451)	51.236.327	78.920.480	(20.913.927)	58.006.553	109.242.880	109.242.880
Deemed cost, líquido	113.561.606	(12.563.451)	100.998.156	626.732.029	(28.579.867)	598.152.162	699.150.318	206.889.893

17. Passivos Financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	27.234.885,76	27.085.280,74
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	28.662,33	58.561,19
Fornecedores, de investimentos	3.637.961,12	6.415.041,75
	30.901.509,21	33.558.883,68
Outras contas a pagar		
Outros credores		
CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	12.270.498,53	10.881.747,83
CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1.433.461,18	1.344.689,50
Credores diversos	15.658,66	60.711,79
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a pagar	936.924,62	928.611,54
Seguros a liquidar	135.743,74	102.869,74
Outros acréscimos de gastos	1.380.055,69	4.367.326,71
Accionistas - outras operações	6.139.852,09	-
Pessoal		
Férias, subsídio de férias e subsídio de natal	3.198.973,85	3.910.625,87
Outras dívidas ao pessoal	131.107,30	381.565,39
Adiantamento de clientes	146.330,75	584.603,24
Diferimentos passivos	1.867,77	2.844,37
	25.790.474,18	22.565.595,98
	56.691.983,39	56.124.479,66

Com efeitos a partir do exercício de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar à entidade AdP SGPS. Desta forma, o montante de 6.139.852,09 Euros registado na rubrica “Accionistas – outras operações” em 31 de Dezembro de 2010, respeita: (i) ao valor de imposto sobre o rendimento a pagar de 2010, no montante de 15.574.468 Euros (Nota 11); (ii) acrescido dos ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 629.003 Euros (Nota 11); e (iii) deduzido por pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta e retenções na fonte, nos montantes de 9.029.616 Euros, 778.965 Euros e 255.038 Euros, respectivamente.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, como segue:

	Entidade financiadora	2010			2009			Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
Instituições Financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	252.132.691,44	12.804.797,84	239.327.893,58	273.070.470,47	9.725.934,37	213.344.536,10	Entre 2017 e 2030	Semestral
		252.132.691,44	12.804.797,84	239.327.893,58	273.070.470,47	9.725.934,37	213.344.536,10		

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 52,3% da dívida à taxa fixa, com juros calculados ao semestre; e
- 47,7% da dívida à taxa variável, com juros calculados ao trimestre.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura accionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o actual accionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 30).

A parcela classificada como não corrente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2010		2009	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2011	-	-	14.406.489,94	5.569.168,55
2012	15.582.575,65	5.270.139,90	15.795.378,83	5.270.139,90
2013	18.360.353,40	4.856.421,67	17.184.267,72	4.856.421,67
2014	18.360.353,40	4.433.255,17	17.184.267,72	4.433.255,17
2015	18.360.353,50	4.010.088,67	17.184.267,72	4.010.088,67
2016 e seguintes	168.664.257,63	22.828.745,65	131.589.864,17	22.828.745,65
	239.327.893,58	41.398.651,06	213.344.536,10	46.967.819,61

CINAS DA COMPANHIA DAS AGUAS
 DE LISBOA
 1880

18. Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2010 os “Subsídios ao Investimento” apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2010
COMPART. TORRES/MAFRA	1.215.795,31	1.215.795,31	-	1.215.795,31	-
FEDER C.BODE	11.326.074,49	11.326.074,49	-	11.326.074,49	-
FEDER TORRES/MAFRA	3.698.332,02	3.698.332,02	-	3.698.332,02	-
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801,06	216.801,06	6.376,56	114.777,45	102.023,61
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.191,67	5.684.191,67	183.361,08	3.300.498,84	2.383.692,83
COMPART. OURÉM	550.553,17	550.553,17	17.759,76	319.675,89	230.877,28
COMPART. T.NOVAS	435.314,68	435.314,68	14.042,40	252.763,24	182.551,44
COMPART. TOMAR	497.804,04	497.804,04	16.058,16	289.047,23	208.756,81
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720,39	3.027.720,39	97.668,36	1.758.030,85	1.269.689,54
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.958,60	4.958,60	159,96	2.879,17	2.079,43
COMPART. V.N.BARQUINHA	72.725,64	72.725,64	2.346,00	37.535,93	35.189,71
FUNDO COESÃO ETA ASSEICEIRA	4.060.876,56	4.060.876,56	-	4.060.876,56	-
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239,06	11.125.239,06	358.878,72	5.742.059,24	5.383.179,82
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576,47	7.635.576,47	381.778,80	6.490.239,72	1.145.336,75
FUNDO COESÃO V.F.XIRA/AEROPORTO	912.876,57	912.876,57	-	912.876,57	-
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9.405.370,39	9.405.370,39	188.107,44	3.009.718,82	6.395.651,57
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.819,68	74.819,68	3.741,00	63.596,89	11.222,79
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22.472.816,68	22.472.816,68	449.456,28	6.741.844,46	15.730.972,22
SANTA MARGARIDA	274.338,84	274.338,84	5.486,76	82.301,56	192.037,28
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4.472.788,99	4.472.788,99	131.552,64	1.710.184,28	2.762.604,71
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87.104,31	87.104,31	2.809,80	44.956,89	42.147,42
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.940,94	139.940,94	4.115,88	53.506,55	86.434,39
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.940,94	139.940,94	4.115,88	53.506,55	86.434,39
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118,09	66.118,09	1.944,60	25.279,96	40.838,13
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118,09	66.118,09	1.944,60	25.279,96	40.838,13
PROJECTO SIURE	113.057,53	113.057,53	-	113.057,53	-
PROJECTO SPRINT	21.604,38	21.604,38	-	-	21.604,38
EDP CORPORATE	86.032,00	86.032,00	896,17	896,17	85.135,83
	87.884.890,59	87.884.890,59	1.872.600,85	51.445.592,13	36.439.298,46

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, foram os seguintes os montantes registados como ganho do exercício:

	2010	2009
Subsídios ao investimento	1.872.600,85	1.871.704,68
	1.872.600,85	1.871.704,68

19. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais têm inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em Novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas directamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores activos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de Março de 2008.

Benefícios pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efectuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efectuarem contribuições próprias, de carácter voluntário.

As contribuições realizadas, durante o exercício 2010, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, são como segue:

	Contribuição
Contribuições da empresa	510.923,10
Contribuições dos colaboradores	29.121,50
	540.044,60

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ascendeu a 510.923,10 (506.601,60 Euros em 2009) (Nota 24).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação actuarial mais recente dos activos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2010 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projectada.

Os principais pressupostos adoptados na avaliação actuarial foram os seguintes:

	2010	2009
Taxa de desconto	4,5%	5,25%
Retorno esperado dos activos do plano	4,5%	5,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,5%	2,5%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	2,5%	2,5%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	2,5%	2,5%

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	249.000,00	293.000,00
Custo de juros	2.419.000,00	2.516.000,00
Retorno esperado dos activos do plano	(1.785.000,00)	(1.688.000,00)
Amortização de ganhos/perdas actuariais	(5.000,00)	-
Valor actual de pré-reformas não previstas	1.753.000,00	4.011.000,00
Total de gastos (Nota 24)	2.631.000,00	5.132.000,00

As perdas/ganhos actuariais diferidos que excederem o limite de 10% do valor dos fundos afectos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, são reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população activa e a idade de reforma, com início no exercício seguinte em que tal situação se verifica.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	35.611.941,00	34.450.000,00
Justo valor dos activos do fundo	36.267.749,00	35.043.000,00
	(655.808,00)	(593.000,00)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	12.174.628,00	14.450.000,00
	11.518.820,00	13.857.000,00
Ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidos	1.121.917,98	1.745.125,96
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	12.640.737,98	15.602.125,96

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos activos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 12.640.737,98 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (15.602.125,96 Euros, em 2009).

Os movimentos no valor presente da obrigação nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são descritos conforme segue:

	2010	2009
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	48.900.000,00	50.623.000,00
Custo dos serviços correntes	249.000,00	293.000,00
Custo de juros	2.419.000,00	2.516.000,00
(Ganhos)/perdas actuariais	24.706,83	(3.030.000,00)
Benefícios pagos	(5.559.000,00)	(5.513.000,00)
Valor actual de pré-reformas não previstas	1.752.862,17	4.011.000,00
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	47.786.569,00	48.900.000,00

Os movimentos no justo valor dos activos do plano foram os seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	35.043.000,00	33.151.000,00
Retorno esperado dos activos	1.785.000,00	1.688.000,00
Ganhos/(perdas) actuariais	(593.910,00)	544.000,00
Contribuições para o fundo	2.069.659,00	1.611.000,00
Benefícios pagos	(2.036.000,00)	(1.951.000,00)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	36.267.749,00	35.043.000,00

As principais categorias de activos do fundo são detalhados conforme segue:

	Justo valor	
	2010	2009
Instrumentos de capital próprio	11.421.233,51	9.124.872,94
Instrumentos de dívida	19.017.987,43	23.106.570,92
Imóveis	-	832.551,54
Outros	5.828.528,06	1.979.004,60
	36.267.749,00	35.043.000,00

20. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	2010					Saldo final
	Saldo inicial	Reclassificações	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Processos judiciais em curso	10.946.843,16	-	16.897,35	(10.749.781,68)	-	213.958,83
Acidentes de trabalho	141.572,34	-	8.413,96	-	-	149.986,30
Outras provisões	1.861.999,78	-	100.000,00	(290.000,00)	-	1.671.999,78
	12.950.415,28	-	125.311,31	(11.039.781,68)	-	2.035.944,91

	2009					Saldo final
	Saldo inicial	Ajustamentos de conversão para IFRS	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Processos judiciais em curso	9.322.593,24	-	1.764.592,12	(52.691,41)	(87.650,79)	10.946.843,16
Acidentes de trabalho	174.955,60	-	-	-	(33.383,26)	141.572,34
Outras provisões	3.602.410,96	(1.973.246,00)	510.000,00	(277.165,18)	-	1.861.999,78
	13.099.959,80	(1.973.246,00)	2.274.592,12	(329.856,59)	(121.034,05)	12.950.415,28

No dia 15 de Fevereiro de 2011, a Empresa celebrou uma Adenda a um Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa (“CML”), segundo o qual a EPAL fica desobrigada do pagamento de quaisquer coimas ou juros de mora associados ao pagamento das taxas de subsolo relativas a anos anteriores. O termos da mesma Adenda foram aprovados por cada uma das entidades durante o exercício de 2010.

Na sequência deste acontecimento, foi registada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, uma reversão da provisão constituída, em períodos anteriores, para fazer face à obrigação de pagamento dos referidos juros e coimas, a qual ascendia a 10.675.024,28 Euros (Nota 32).

A rubrica “outras provisões” destina-se a fazer face a riscos decorrentes da actividade da empresa.

21. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	-	-	-	(5.330.539,16)
<i>Pagamentos por conta</i>	-	-	-	5.679.894,00
<i>Estimativa de imposto</i>	-	-	-	(11.213.011,09)
<i>Retenções na Fonte</i>	-	-	-	202.577,93
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		(327.718,59)	-	(300.381,81)
Imposto sobre o valor acrescentado	-	(278.807,20)	-	(259.954,83)
Contribuições para a Segurança Social	-	(538.677,71)	-	(542.806,08)
Taxa de recursos hídricos	-	(3.459.634,91)	-	(3.452.700,43)
	-	(4.604.838,41)	-	(9.886.382,31)

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a pagar à entidade AdP SGPS (Nota 17).

22. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme segue:

	2010	2009
Venda de água e quota de serviço	145.447.750,46	146.301.699,17
Prestação de serviços	2.006.968,24	2.766.600,07
	147.454.718,70	149.068.299,24

23. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica do “Fornecimento e Serviços Externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	2010	2009
Energia eléctrica	9.784.240,05	8.948.134,14
Conservação e reparação	6.731.718,97	6.388.647,27
Trabalhos especializados	7.375.102,67	7.130.065,48
Comunicação	1.981.991,75	2.077.614,37
Seguros	1.160.116,57	1.272.710,70
Rendas e alugueres	1.299.382,02	1.188.097,77
Subcontratos	1.163.470,72	1.188.906,64
Vigilância e segurança	971.043,74	1.062.927,32
Publicidade e propaganda	513.416,09	472.523,89
Limpeza , higiene e conforto	696.439,27	655.783,86
Combustíveis	552.606,58	491.237,82
Outros fornecimentos e serviços externos	7.001.539,64	6.913.473,81
	39.231.068,07	37.790.123,07

24. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	469.419,66	668.089,52
Remunerações do pessoal	21.048.488,95	22.896.644,26
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 19)	510.923,10	506.601,60
Benefícios definidos (Nota 19)	2.631.000,00	5.132.000,00
Indemnizações	161.928,57	39.892,60
Encargos sobre remunerações	4.857.133,25	5.380.104,83
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	107.346,70	133.039,17
Gastos de acção social	1.508.775,86	1.404.912,86
Formação	292.590,82	346.309,70
Outros	64.134,44	103.391,87
	31.651.741,35	36.610.986,41

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendia a 750 e 782 pessoas, respectivamente.

25. Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme segue:

	2010	2009
Subsídios à exploração	7.027,91	105.505,62
Rendimentos suplementares	2.231.013,66	1.623.910,34
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	952,60
Ganhos em inventários	-	1.387,88
Diferenças de câmbio favoráveis	558,40	762,67
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	98.997,91	117.220,64
Outros	59.878,56	185.746,76
	2.397.476,44	2.035.486,51

A rubrica “Rendimentos suplementares” que em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascende a 2.231.014 Euros e 1.623.910 Euros, respectivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica relativa ao sistema informático Aquamatrix, no montante de 1.435.920 Euros (769.563 Euros em 2009); e (ii) tarifa de saneamento, no montante de 326.585 Euros (357.292 Euros).

26. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme segue:

	2010	2009
Impostos	1.162.450,75	1.136.688,97
Indemnizações por roturas	169.451,38	201.183,82
Donativos	193.538,78	88.682,00
Quotizações	34.888,00	57.602,83
Outros	167.632,88	198.532,31
	1.727.961,79	1.682.689,93

27. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme segue:

	2010	2009
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	23.423.570,52	23.346.596,79
Propriedades de investimento (Nota 7)	110.513,26	110.513,26
Intangíveis	-	463,76
	23.534.083,78	23.457.573,81

28. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme segue:

	2010		2009	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	1.225.914,19		952.187,89	
Outros	1.738,11	1.227.652,30	331.090,92	1.283.278,81
Outros rendimentos similares		231.656,23		334.946,87
		1.459.308,53		1.618.225,68

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme segue:

	2010		2009	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	4.345.596,05		5.370.340,27	
Outros financiamentos	1.057,29	4.346.653,34	2.293,26	5.372.633,53
		4.346.653,34		5.372.633,53

29. Partes Relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Empresas participadas

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Fundec	Lisboa				1.500,00	-	1.500,00

Movimentos ocorridos

	Saldo inicial	Reforços	Reduções	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	250.000,00	-	-	250.000,00
Partes de capital em outras empresas participadas	1.500,00	-	-	1.500,00
Títulos e outras aplicações financeiras	108.730,68	-	-	108.730,68
	360.230,68	-	-	360.230,68

Transacções com empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2010:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	-	-	2.739.240,93
AdP Serviços	2.639,87	-	-	1.059.773,85
Aquasis	-	-	-	2.100,00
Águas do Centro	123.615,24	-	-	-
Águas Oeste	7.514.453,32	-	126.888,16	-
Simtejo	69.276,39	2.100,00	-	-
Águas do Norte Alentejano	-	2.481,25	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	9.149,12	-	-
Águas Algarve	-	95.573,04	-	-
Águas do Noroeste	-	604,04	-	-
Águas S. André	-	18.222,75	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	47.066,43	-	-
E.G.F.	-	-	-	7.363,39
Valorsul	21.512,21	-	-	-
AdP Internacional	-	178.949,52	-	-
	7.731.497,03	354.146,15	126.888,16	3.808.478,17

Transacções com empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2009:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	-	-	2.777.692
AdP Serviços	2.645	150.716	-	1.116.348
Aquasis	-	-	-	105.900
Águas do Cávado	-	1.071	-	-
Águas do Ave	-	316	-	-
Águas do Douro e Paiva	-	300	-	-
Águas do Centro	-	-	-	-
Águas Oeste	7.264.126	-	334.947	-
Sanest	-	3.152	-	-
Simtejo	513.533	-	-	86.901
Águas do Norte Alentejano	-	28.398	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	19.919	-	-
Águas Algarve	-	95.453	-	-
Águas S. André	-	18.212	-	-
Valorsul	23.389	-	-	-
AdP Internacional	-	77.629	-	-
	7.803.693	395.166	334.947	4.086.841

Saldo com empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2010:

	Clientes	Fornecedores	Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Accionistas
AdP SGPS	-	223.759,45	-	-	6.367,54	6.139.852,09
AdP Serviços	335,29	76.520,01	-	-	61.094,18	
Aquasis	-	129.910,15	-	-	105.900,00	
Águas do Centro	60.225,90	-	-	-	-	
Águas Oeste	627.701,15	-	11.525.179,60	1.102.026,80	-	
Simtejo	5.431,82	-	-	-	-	
Águas do Norte Alentejano	3.462,36	-	-	-	-	
Águas do Centro Alentejo	2.711,91	-	-	-	-	
Águas Algarve	-	-	28.693,04	-	-	
Águas S. André	-	-	1.806,86	-	-	
Águas da Região de Aveiro	-	-	19.561,39	-	-	
Valorsul	1.325,11	-	-	-	-	
AdP Internacional	169.563,17	-	-	-	-	
	870.756,71	430.189,61	11.575.240,89	1.102.026,80	173.361,72	6.139.852,09

Saldo com empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2009:

	Clientes	Fornecedores	Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Accionistas
AdP SGPS	-	209.204	-	-	13.838	-
AdP Serviços	361	2.436.900	-	-	61.094	1.082.983
Aquasis	-	15.190	-	-	-	-
Águas do Cávado	483	-	-	-	-	-
Águas Oeste	575.423	-	12.026.274	1.227.657	-	-
Simtejo	64.613	-	-	-	-	-
Águas do Norte Alentejano	3.462	-	-	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	2.7000	-	-	-	-	-
Águas Algarve	-	-	56.912	-	-	-
Águas de Santo André	2.993	-	-	-	-	-
	650.035	2.661.294	12.083.186	1.227.657	74.932	1.082.983

30. Passivos Contingentes e Garantias Prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efectuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como contingentes.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2010	2009
Câmaras Municipais	29.615.686	29.615.686
Banco Europeu de Investimento (Nota 17)	12.564.880	7.488.110
Tribunais	5.433.496	5.433.496
Outros	264.304	189.691
	47.878.366	42.726.983

31. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 pelo Revisor Oficial de Contas são detalhados conforme segue:

Tipo de serviços	Honorários facturados	
	2010	2009
Revisão legal das contas anuais	22.845,00	17.911,88
Outros serviços de garantia de fiabilidade	10.200,00	-
Consultoria fiscal	30.700,00	-
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria	-	-
	63.745,00	17.911,88

32. Acontecimentos Após a Data do Balanço

No dia 15 de Fevereiro de 2011, a Empresa celebrou uma Adenda a um Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa (“CML”), segundo o qual a EPAL deixou de ter a responsabilidade com o pagamento de quaisquer coimas ou juros de mora associados a taxas de subsolo relativas a anos anteriores. O termos da mesma Adenda foram aprovados por cada uma das entidades durante o exercício de 2010.

Na sequência deste acontecimento, foi registada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, uma reversão da provisão criada, em períodos anteriores, para fazer face à obrigação de pagamento dos referidos juros e coimas, a qual ascendia a 10.675.024,28 Euros (Nota 20).

A close-up photograph of two hands holding clear glasses filled with water, clinking them together. The background is a soft-focus green, suggesting an outdoor setting. The text is overlaid on the right side of the image.

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em conformidade com o disposto no Art.º 452º do C.S.C. e Estatutos da Empresa, o fiscal único elaborou o Relatório anual de actividade e emite parecer sobre o Relatório e Contas da Gestão de 2010 e a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

No âmbito das suas competências controlou a gestão da Empresa nas áreas essenciais de actividade, tendo como elementos básicos de análise as peças contabilísticas e registos de suporte; os orçamentos de exploração e de investimento; contas de terceiros, o balanço da água produzida e facturada e inerentes perdas nas fases de tratamento e de percurso. Foram ainda examinados os elementos da informação de gestão preparados pelos Serviços, com especial menção para os indicadores de: situação económica e financeira, investimentos, actividades comercial e operacional, recursos humanos e manutenção das infraestruturas hídricas.

No decurso do exercício foram preparados relatórios específicos sobre a análise da gestão, com especial enfoque nos sectores de actividade mais relevantes e nos indicadores de sustentabilidade do funcionamento da empresa.

De entre as tarefas mais representativas da actividade do fiscal único, aponta-se:

- A confirmação da titularidade dos bens e valores que integram o património económico da EPAL, tendo-se verificado que os bens do activo fixo tangível estão registados ao custo de aquisição ou produção, tendo os terrenos e edifícios sido revalorizados ao justo valor, na data da transição para os IAS/IFRS. As amortizações do exercício, num total de 23,534 milhões euros, foram apuradas em conformidade com o período de vida útil estimada dos bens, pelo método das quotas constantes e aplicação das taxas máximas previstas na lei fiscal.



- A verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas e dos critérios de valorização de activos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais se encontram divulgados no Anexo às contas em termos de expressar, de forma adequada, a situação financeira da empresa e o resultado das operações realizadas no exercício.
- O controlo da realização dos planos financeiros anuais com base nas dotações inscritas nos orçamentos. Verificámos que a execução do orçamento de exploração atingiu níveis de realização satisfatórios, tendo em consideração os desvios apurados e as variações ocorridas, face ao ano anterior. O volume de negócios, num total de 147,5 milhões euros, registou uma quebra de 1,68% face ao orçamento e um índice ligeiramente mais baixo em relação ao ano anterior. Os resultados operacionais, ao atingirem 63,42 milhões euros, excederam em 83% a dotação orçamental e em 30% o valor apurado em 2009. Tais variações nos resultados tiveram origem na forte contenção de alguns gastos funcionais e também, em boa medida, na reversão de provisões em cerca de 11 milhões euros.
- Os investimentos do exercício registam um índice de realização financeira de 60%, com base numa facturação de 23,574 milhões euros. Os compromissos assumidos decorrentes de obras já contratadas orçam os 29,073 milhões euros, montante que representa 74% da dotação anual do plano. Sublinha-se que no triénio 2008/2010 o investimento da empresa atingiu 76,6 milhões euros, respeitando uma parte significativa à ampliação e renovação das redes de distribuição de água. Salienta-se o facto de neste exercício terem sido gastos cerca de 8 milhões euros no Novo Laboratório Central, concluído em 2010 e onde foram investidos 14,93 milhões euros. A nosso ver, trata-se de um empreendimento marcante na vida da empresa, quer pelo seu nível de qualidade quer pela celeridade da sua efectivação, tal como foi salientado na acta da inauguração.
- Analisado o balanço hídrico da EPAL nos segmentos de captação/tratamento e facturação, verificámos que os volumes de água produzida tiveram uma quebra quase inexpressiva (<1%) face ao ano anterior, e que a água não facturada (perdas) registou um índice anual de 11,84%, que corresponde sensivelmente ao nível médio do último triénio.

. A estrutura financeira da empresa teve um acentuado reforço neste exercício, em reflexo de uma evolução muito positiva dos indicadores de: liquidez, solvabilidade, autonomia e fundo de maneiio. A nosso ver, a EPAL dispõe, no actual momento de exploração, de uma posição financeira muito sólida e equilibrada, que lhe garante um crescimento sustentado em boas condições de funcionamento. O cashflow operacional (EBITDA) subiu para 86,95 milhões euros, tendo crescido cerca de 20% face ao ano anterior. A margem EBITDA também evoluiu positivamente no último triénio, com indicadores muito satisfatórios posicionados entre os 46% a 52%, face ao volume de negócios.

Os Capitais Próprios cresceram neste exercício cerca de 18 milhões euros (3,8%), passando o valor de balanço para 506 milhões euros, com a seguinte decomposição: capital realizado (30%), reservas (10%), resultados transitados (51%) e Resultado líquido (9%).

. O órgão de fiscalização entende sublinhar a importância da estratégia que vem sendo adoptada pela empresa com vista a melhorar a qualidade do serviço prestado, bem como a manutenção de um perfil financeiro sustentável em conjugação com um justo e mais adequado retorno dos capitais empregues. Tais medidas, visando a melhoria da eficiência operacional através da implementação de um sistema de gestão de qualidade, criaram as condições que alicerçam o actual modelo de gestão, cujo impacto na economia da empresa se tem reflectido, de forma inequívoca, numa evolução positiva dos resultados durante o último triénio.

. Assinala-se a boa posição da empresa no que respeita à cobertura financeira das suas responsabilidades com o Fundo de Pensões do Pessoal. No final de 2010 o nível de financiamento atingia 123%, segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP.

. Foi confirmado que o Relatório de Gestão está formalmente de acordo com as Contas do exercício e que na sua preparação foram respeitados os requisitos legais instituídos. Pôde também verificar-se que a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentada pelo órgão de gestão, respeita as normas estatutárias e as exigências do Código das Sociedades Comerciais quanto à aplicação dos lucros.

2. PARECER

Em face do exposto, é parecer do Fiscal Único que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2010, e
- . a Proposta de Aplicação dos Resultados,

nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 2 de Março de 2011.

O Fiscal Único,



(António Dias Nobais)

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 916.852.189 Euros e capitais próprios de 506.107.841 Euros, incluindo um resultado líquido de 45.887.092 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas pela Empresa, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”), para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IAS/IFRS.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 1 de Março de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Fialas Costa da Silva



H_2O